



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPINA GRANDE – CAMPUS - I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC - I
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

**NA PEDAGOGIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL, UMA ESCRITA DA HISTÓRIA:
AGENCIANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUÍDO SABERES E FAZENDO
EDUCAÇÃO POPULAR NA “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR” (1975-1980)**

CAMPINA GRANDE – PB
2011

GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

**NA PEDAGOGIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL, UMA ESCRITA DA HISTÓRIA:
AGENCIANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUÍDO SABERES E FAZENDO
EDUCAÇÃO POPULAR NA “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR” (1975-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo

CAMPINA GRANDE – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

N513p

Neves, Gildivan Francisco das.

Na pedagogia de um movimento social, uma escrita da história. [manuscrito]: agenciando experiências, construindo saberes e fazendo educação popular na 'Luta do Povo de Alagamar' (1975-1980) /Gildivan Francisco das Neves. – 2011.

86 f.: il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Dra. Patrícia Cristina de Araújo Aragão, Departamento de História”.

1. Movimento Social 2. Educação Popular 3. História I.
Título.

21. ed. CDD 301.242

GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

**NA PEDAGOGIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL, UMA ESCRITA DA
HISTÓRIA: AGENCIANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUÍDO SABERES E
FAZENDO EDUCAÇÃO POPULAR NA "LUTA DO POVO DE ALAGAMAR"
(1975-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para
a obtenção do título de Graduado em
Licenciatura Plena em História.

Aprovado em 30 / 11 /2011.

Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina de Araújo Aragão/ UEPB
Orientadora

Prof. Dr. Francisco de Assis Batista / UEPB
Examinador

Prof. Ms. Alberto Edvanildo Sobreira Coura/ UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

A minha família pela presença, força e companheirismo.
Aos trabalhadores rurais de Alagamar que através de
suas experiências e vivências nos fornecem um exemplo
de cidadania, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que em sua infinita bondade e misericórdia me consolou quando chorei nas madrugadas, me fez companhia quando ninguém estava por perto, me ouviu quando os ouvidos humanos não estavam ao meu dispor, que cumpriu as promessas feitas em minha vida, que cuida de mim, me segurando para que eu não caia e que me deu:

Uma mainha maravilhosa, *Maria Pereira (Bibia)*, que com seu rosto meigo e sofrido, com os seus olhos que transparecem a alegria de viver e as experiências de uma mulher que muito já sofreu, foi a primeira pessoa a acreditar em mim, que me fez pensar em ir mais além e que quando ainda pequeno me despertou para a necessidade de estudar, quando me impedia de assistir aos Power Rangers para fazer a lição de casa. Meus sinceros agradecimentos;

Um papai abençoado, *Geraldo Francisco*, que me ensinou desde cedo que é preciso ter responsabilidade e lutar por aquilo que mais desejamos. Sei que seu rosto sério e, às vezes, apático esconde a alegria por ver um filho trilhando os caminhos que sempre sonhou. Obrigado pelo apoio moral, sentimental e financeiro. Agradeço!

As minhas queridas irmãs, *Malbeneide, Malbenice e Malba* que choraram quando chorei, sorriram quando sorri, adoeceram quando adoeci e venceram quando venci. Vocês são o meu orgulho, força, minhas alegrias e meus orgulhos. Obrigado!

O meu irmão, *Geraldo Júnior*, sempre preocupado, cuidadoso e zelando para que nada me faltasse. (Observação: Foi meu motorista e guia nas aventuras por Alagamar na busca por meus entrevistados). Valeu!

Os meus cunhados *Flávio* e *Sandra* que discretamente e meio que do camarote, sempre estiveram observando os meus passos e torcendo para que eu escolhesse o melhor caminho a seguir e obtivesse êxito naquilo que sempre almejei. A vocês, um muito obrigado é pouco.

O meu sobrinho *Fabício José* sempre interessado em saber o que é uma universidade, orgulhoso pelo tio e ávido para viver as aventuras que tenho vivido, e a minha sobrinha *Maria Gabrielly* que no auge dos seus um ano e seis meses me motiva toda a vez que contemplo a sua face e vejo a inocência, a esperança e o brilho do olhar de uma criança;

Mais uma irmã, *Lidiane Maria*, que com o seu jeito de ser, acompanhou todo o meu processo em Campina Grande, sempre me incentivando, dando força, rindo, chorando, dividindo o mesmo prato, o mesmo espaço, os mesmos sofrimentos e vitórias. Graças a ela pude ter contato com as histórias de vida dos trabalhadores de Alagamar. Não existem no dicionário palavras que expressem meus agradecimentos e sentimentos;

Mais um irmão, *Marcos Silva*, que com sua maneira criança/adulto de ser, me fez rir nos momentos que estava triste e compartilhou parte de minha trajetória nesta cidade. Muito obrigado;

Mais uma família abençoada, meu povo adotivo, *Inácio Marinho (pai)* que com sua história de vida me ensinou que é possível ir além, que a janela da vida não restringe o nosso olhar, mas se constitui com uma tela a partir da qual é possível pintar os mais belos quadros; *Rosângela Maria (mãe)*, que com seu jeito apressado de sempre, esteve preocupada comigo, por perto, aconselhando, protegendo, cuidando de mim quando minha mainha (Maria Pereira) não esteve por perto; e *Israel Adonay*, meu irmãozinho mais novo, sempre preocupado, zeloso, cuidadoso e até mesmo, do auge de sua experiência de vida, me aconselhando a continuar, a não desistir;

Vários colegas de sala na Universidade com os quais dividi momentos de tensão, alegrias, tristezas, dentre outros sentimentos;

Vários colegas de Universidade fora da sala de aula, dentre eles, Alcione Ferreira da Silva;

A oportunidade de participar do Programa Tutoria Especial. Meus agradecimentos a todos, na pessoa da Coordenadora Professora Cleônia Maria Mendes de Sousa;

Uma orientadora que sempre esteve comigo, *Patrícia Cristina de Aragão Araújo*, que sempre me motivou a querer mais;

Por tudo isto que tens me dado Senhor, por todas estas pessoas que foram instrumentos em tuas mãos, te agradeço e te louvo.

Agradeço também a todos os professores com os quais tive contato durante a graduação e aos professores *Alberto Edvanildo Sobreira Coura* e *Francisco de Assis Batista* que se dispuseram a ler e analisar este trabalho;

Por fim, agradeço aos trabalhadores rurais de Alagamar pela enorme contribuição e disponibilidade para participar desta pesquisa.

Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. [...]. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também (FREIRE, 1987, p.33).

RESUMO

As décadas de 1940, 1950 e 1960 podem ser compreendidas como um período de intensificação dos movimentos sociais no campo. No contexto pós Golpe de 1964 estes movimentos foram reprimidos e silenciados, porém, não desarticulados. É, portanto, no âmbito deste momento de repressão às formas de organização da sociedade civil, que eclode na região de Salgado de São Félix e Itabaiana – PB, entre os anos 1975-1980, o movimento social que ficou conhecido como a “Luta do Povo de Alagamar”. Neste trabalho, partindo do pressuposto que na atualidade os movimentos sociais têm sido compreendidos como um espaço de construção de saberes e de vivências, objetivamos entender o Movimento de Alagamar, a partir dos trabalhadores rurais nele envolvidos mostrando que a História do Movimento, a luta dos trabalhadores, suas experiências sociais, políticas e culturais consistem em saberes educativos que podem propiciar uma educação contextualizada. Do ponto de vista teórico, nosso estudo está situado no Campo da História Social onde trabalhamos a partir de Thompson (1998) no qual utilizamos os conceitos de experiências e resistência. Recorremos também aos conceitos de identidade em Hall (2002), de memória coletiva em Halbwachs (2006), Movimentos Sociais em Gohn (2010) e Batista (2007) e conscientização e Educação Popular em Freire (1987). No que se refere à metodologia nos aportamos da História Oral, na modalidade História de Vida, tendo como norte os pressupostos de Freitas (2006) e Alberti (2005). Partindo da análise dos depoimentos dos nossos entrevistados, compreendemos que os trabalhadores rurais envolvidos no Movimento de Alagamar ao resistirem cotidianamente, construíram saberes que são educativos e podem ser utilizados na consecução de uma Educação Popular e na escrita de uma História problematizadora, contextualizadora e conscientizadora.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social. Educação Popular. História. Alagamar.

A B S T R A C T

The decades of 1940, 1950 and 1960 can be understood as a period of intensification of rural social movements. In the post 1964 coup of these movements were repressed and silenced, but not disjointed. It is therefore, in this moment of forms of repression of civil society organization, which erupts in the region of São Félix Salgado and Itabaiana - PB, between the years 1975-1980, the social movement that became known as the "Fight the People of Alagamar". In this work, assuming that at present social movements have been understood as a space for the construction of knowledge and experiences, we aim to understand the movement Alagamar, from farm workers who are involved in showing that the history of the Movement, the struggle of workers, their social experiences, political and cultural knowledge consists of education they can provide an educational context. From a theoretical standpoint, our study is located in the Field of Social History where we work from Thompson (1998) in which we use the concepts of experience and endurance. Moreover, we take the concepts of identity in Hall (2002), collective memory Halbwachs (2006), Social Movements in Gohn (2010) and Baptist (2007) and awareness of Freire and Popular Education (1987). With regard to the methodology we bring in Oral History, History of Life in the sport, with the north the assumptions de Freitas (2006) and Alberti (2005). Based on the analysis of the statements of our interviewees, we understand that rural workers involved in the movement to resist Alagamar daily, build knowledge that are educational and can be used in achieving a Popular Education and writing a history of problem-solving and contextualized conscientization.

KEYWORDS: Social Movement. Popular Education. History. Alagamar.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 1	Repressão aos trabalhadores rurais por parte dos policiais.....	44
FOTO 2	Dom José Maria Pires e moradores de Alagamar expulsando o gado	50
FOTO 3	Reunião de Dom José Maria Pires com Trabalhadores de Alagamar	68
FOTO 4	Encontro entre policiais e moradores de Alagamar	71

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
FETAG-PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	“NUMA TERRA ONDE SE TANGE O HOMEM COMO GADO E SE DEFENDE O GADO COMO HOMEM”, a eclosão de um movimento: a “Luta do Povo de Alagamar”, antecedentes e desenrolar.....	32
2.1.	Antecedentes Históricos do Movimento de Alagamar.....	34
2.2.	A morte de um patrão/ “pai”/opressor e o desencadear de um movimento.....	41
3.	NAS MÃOS QUE ARAM A TERRA, NAS VOZES QUE CLAMAM PELOS DIREITOS, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE SABERES: o Movimento de Alagamar e seu caráter educativo	57
3.1.	Nas trajetórias de vida em uma luta, as marcas da resistência e a produção de saberes.....	58
3.2.	A “Luta do Povo de Alagamar” e seu potencial educativo: saberes dos trabalhadores rurais.....	65
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
5.	REFERÊNCIAS	81
6.	APÊNDICE	86

1. INTRODUÇÃO

*Aquele Hino de Alagamar que era uma coisa bela
“Alagamar, meu coração/ teu povo unido espera
uma solução/ nossa vitória fica na História/ a tua
glória é a nossa união/ nossa vitória fica na
História/ a tua glória é a nossa união”. Oxe e
agente com isso, nós ganhamos muita coisa
(SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO,
2010).*

A fala acima transcrita foi pronunciada por uma trabalhadora rural que assim como centenas de outros homens e mulheres do campo estiveram envolvidos, na segunda metade do século XX, em conflitos agrários. Armados com a força da união e guiados pelo desejo da permanência na terra, estas pessoas, espalhadas pelos mais diversos recantos do Brasil, buscaram ver e ter os seus direitos assegurados.

Um dos movimentos que se enquadra em tal contexto, é a “Luta do Povo de Alagamar”¹ ocorrida entre os anos 1975 e 1980, ao qual a epígrafe deste texto faz menção. Alagamar é uma comunidade rural localizada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, no Agreste da Paraíba, que passou por um dos mais importantes conflitos agrários ocorridos nesse instante e que ganhou repercussão a nível nacional.

O movimento dos trabalhadores rurais desta comunidade se constituiu como uma forma de resistência frente à ordem de expulsão destes da terra, após a morte do proprietário da localidade, o Arnaldo Maroja, o que alterava os costumes e as práticas cotidianas desses sujeitos. Thompson (1998, p.17) postula que o costume, enquanto uma prática cultural, possui valores e significados para a comunidade e que a supressão destes a partir de uma intervenção externa, assim como aconteceu no caso de Alagamar, pode desencadear disputas e conflitos.

O período compreendido entre os anos 1975 e 1980 foi marcado em Alagamar, por manifestações, perseguições, acusações e atos violentos empreendidos pelos novos proprietários em relação aos agricultores.

¹ Utilizamos a expressão “Luta do Povo de Alagamar” para referenciar tal movimento porque foi com esta denominação que o conflito ganhou notoriedade a nível nacional. Esta designação é encontrada, por exemplo, no Informativo Arquidiocesano de n.83, de Fevereiro de 1980.

A ação efetivada pelos trabalhadores de Alagamar pode ser compreendida em uma perspectiva que perpassa a esfera apenas da classificação desta enquanto um conflito territorial. Compreendemos que a posse da terra significa a manutenção de uma cultura e de uma identidade que foi construída a partir de tal localidade.

Para os trabalhadores rurais de Alagamar que estavam prestes a perder a sua extensão de terra, permanecer naquele espaço não significava apenas ter onde plantar, colher e morar. Mas, a continuidade de um modo de vida, de uma cultura, de uma identidade e memória coletiva construída tendo como referência a comunidade. Assim,

Os conflitos por terra não são apenas conflitos territoriais, que pensam e exigem a ocupação da terra como espaço de trabalho, sobrevivência. Para os sujeitos sociais e os movimentos sociais no campo, a terra significa espaço de vida, de produção, de cultura. Para os que dela dependem e a pensam como espaço de vida, de identidade, ela tem múltiplos significados. A terra como espaço vital é um território que assume dimensões sociais, econômicas, culturais, subjetivas, simbólicas. Os territórios são reivindicados, contestados, e passam a assumir novas configurações (BATISTA, 2007, p.171).

Os anos 60 do século XX, a nível de Brasil, podem ser pensados como um momento ambíguo do ponto de vista da organização e das lutas dos movimentos sociais, ambiguidade esta percebida a partir de dois momentos. Em um primeiro instante, tal década foi marcada pela eclosão de diversos movimentos que objetivavam dar notoriedade aos segmentos sociais antes marginalizados e excluídos da História, tais como as mulheres, os deficientes físicos e os trabalhadores rurais.

Os referidos movimentos sociais objetivavam, em síntese, através das suas várias bandeiras de luta, possibilitar o reconhecimento dos direitos dos indivíduos silenciados historicamente e a sua constituição enquanto fazedores do próprio movimento, bem como sujeitos históricos.

Tais ações buscavam que, através da conscientização, os sujeitos pudessem perceber a situação de submissão e de exploração a qual estavam submetidos, para então contestar e denunciar esse quadro. De acordo com Freire (1967, p.14), a conscientização remete a percepção, por parte dos setores excluídos historicamente, da forma como os modelos de opressão e violência estão sistematizados, para então denunciá-los e desconstruí-los.

Pensados desde os anos 1940, período em que se intensificaram os conflitos no campo, os movimentos camponeses passaram por um momento de ressignificação entre os anos 1950 e 1960, quando sobre o impacto da presença das relações capitalistas no meio rural, o sentido da propriedade da terra que antes remetia à questão do uso, passou a ser detentora de um valor mercadológico. É neste contexto, que são sistematizadas as Ligas Camponesas². Neste sentido,

[...], a luta camponesa pela propriedade da terra, no Brasil, não é de hoje, tampouco marcou uma época específica; ela se originou com o nascimento da nação com o descobrimento brasileiro. Mas na época da invasão do capitalismo no campo, particularmente nas décadas de 1940, 50 e 60 o campo brasileiro foi palco de inúmeros movimentos sociais de luta pela terra. [...] No final da década de 1950, as Ligas Camponesas no Nordeste marcaram a História da luta pela terra camponesa (BONETTI, 2007, p.60).

Em um segundo momento, a efervescência política destes movimentos foi reprimida a partir do Golpe de 64 que implantou uma Ditadura Militar no Brasil. Essa tinha como pilares de poder uma recursiva exclusão de forças populares dos processos de decisão política, desencadeando um momento marcado pela censura, repressão e exílios. Assim, “As lutas no campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação, atomizaram-se, isolaram-se, porém não desapareceram. Muito pelo contrário” (MEDEIROS, 1989, p.15).

Reprimidos e silenciados, porém, não desarticulados, os movimentos sociais tornaram à cena nos anos 1980 a partir da redemocratização erguendo as suas bandeiras de luta, defendendo suas antigas causas e reivindicando as conquistas que haviam sido asseguradas pela lei, mas que não foram cumpridas a nível prático.

De acordo com Gohn (2010, p.12), a partir dessa década os movimentos sociais passaram a incluir na sua pauta de discussão outras temáticas tais como etnia, idade, gênero, resultando assim, como evidencia a autora, na constituição de redes sociais e temáticas partindo de elementos comuns a um grupo, como as questões étnicas ou ecológicas.

² As Ligas Camponesas são consideradas como um símbolo dos movimentos pela posse da terra. A primeira Liga denominada *Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco*, foi sistematizada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão – Pernambuco em 1955. De caráter civil, a referida organização buscava, dentre outros aspectos, defender alguns foreiros que estavam sendo ameaçados de despejo.

A historiografia dos anos 1970 e 1980, no Brasil, teve como principal foco investigativo estes movimentos sociais tratados na perspectiva de evidenciá-los e apresentá-los como resultado de contradições sociais e da situação de exclusão a qual estavam submetidos tais sujeitos. Como evidencia Welch (2006, p.65), a produção acadêmica dos anos 80, reprimida durante a Ditadura, voltou com vigor e foi escrita no sentido de enfatizar os relatos dos militantes e o caráter político dos movimentos sociais.

Estas discussões, partindo de uma perspectiva marxista, propunham uma análise da ação dos sujeitos engajados nos movimentos sociais e sua situação de exclusão como fruto das contradições políticas e econômicas. Leônilde Sérvolo Medeiros, a exemplo, em seu livro *História dos Movimentos Sociais no Campo*, publicado em 1989, explica os movimentos camponeses como resultantes de contradições sociais às quais os camponeses estavam submetidos, enfatizando suas formas de organização e resistência. Neste sentido, percebemos que

O debate teórico sobre movimentos sociais teve grande incidência nos anos 70 e 80, tratando especialmente, dos movimentos de trabalhadores e populares urbanos, decrescendo a partir da década de 1990, quando a temática mais comum abordava os denominados novos movimentos sociais, e entre eles os de gênero e ambientalista, o que demonstra que a produção do conhecimento acompanhava a maior visibilidade de diferentes tipos de movimentos sociais e suas reivindicações (KAUCHAKJE, 2007, p. 76).

Na atualidade, os movimentos sociais têm sido abordados não apenas no sentido de evidenciar os aspectos acima mencionados, mas como educativos, um instrumento de constituição de sujeitos autônomos e conscientes do ponto de vista social. Assim, verificamos que na contextura atual,

Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto, virem ser a matriz geradora de saberes (GOHN, 2010, p.16).

Pensar os movimentos sociais enquanto educativos é perceber o ato de educar em uma perspectiva para além do âmbito da escola. Neste sentido, devemos

compreender os movimentos sociais a partir de uma proposta de educação que pode ser vista em uma dimensão não-formal. Assim, tendo por base a dimensão política do movimento, homens e mulheres dele participantes elaboram um saber pautado nas suas vivências e experiências diárias.

Esse saber possibilita a conscientização destes e a construção de suas identidades enquanto sujeitos históricos. Identidades estas que assim como postula Hall (2002, p.12), fazem com que estes indivíduos internalizem significados e valores e ocupem um lugar social e cultural.

As ações empreendidas por homens e mulheres que participaram de movimentos como a “Luta do Povo de Alagamar” possibilitaram a constituição de vivências e experiências. Estas vivências e experiências são educativas, podendo ser apropriadas, inclusive, no contexto da sala de aula na tentativa de constituir uma forma de educação conscientizadora alicerçada no respeito à diversidade humana e na assunção dos indivíduos enquanto sujeitos históricos, fazedores de suas vidas.

Os movimentos sociais são espaços onde os sujeitos constroem identidades e formas de dizer o mundo. Em tal sentido,

[...], constituem-se em múltiplas formas organizativas, demandas, reivindicações que questionam as mais variadas formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos, discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas dos macro e micropoderes que permeiam as relações sociais. Os espaços de contestação são palcos de lutas onde se forjam novas significações, novas identidades, novos conteúdos e significados aos lugares (BATISTA, 2007, p.170).

Considerando que os movimentos sociais, para além de uma ação política, possuem um caráter educativo e uma dimensão pedagógica, compreendemos que a “Luta do Povo de Alagamar”, movimento ao qual nos reportamos neste estudo, possui uma ação educativa onde os trabalhadores rurais, como observa Gohn (2009, p.19), puderam desenvolver experiências a partir das quais foi possível decodificar o porquê da situação de opressão e a necessidade de criar práticas de resistência e agenciamento.

Neste movimento os trabalhadores rurais construíram saberes e experiências a partir do contato com instituições que manifestaram apoio, tais como o sindicato dos trabalhadores rurais e a Ala Progressista da Igreja Católica. Estes saberes eram partilhados através de uma ação dialógica nas reuniões ocorridas na comunidade.

Tendo como base o contato com estas instituições, os trabalhadores rurais compreenderam de que forma deveriam organizar e conduzir o movimento, ou seja, desenvolveram uma pedagogia do movimento. A este respeito vemos que

As acessórias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo. [...] Este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recuos, possibilita que os participantes dos movimentos se apropriem de informações, desenvolvendo engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos (GOHN, 2009, p.17-18).

Diante desses aspectos, percebemos que é possível educar fora do espaço escolar e que a educação pode ser desenvolvida no contexto dos movimentos sociais. Assim, o objetivo do nosso trabalho é entender o Movimento de Alagamar, ocorrido entre os anos de 1975 e 1980, a partir dos trabalhadores rurais nele envolvidos mostrando que a História do Movimento, a luta dos trabalhadores, suas experiências sociais, políticas e culturais consistem em saberes educativos que podem propiciar uma educação contextualizadora.

Tomamos o recorte temporal entre os anos 1975 e 1980 por considerá-lo pertinente ao nosso estudo, tendo em vista que o ano de 1975, de acordo com o Informativo Arquidiocesano, n.83, de 1980, compreende o instante da morte do Arnaldo Maroja, proprietário da Fazenda Alagamar. A partir deste momento foram desencadeados os atos violentos por parte dos novos proprietários, e a vida cotidiana dos moradores da comunidade começou a ser impactada.

Esse período consistiu também, no marco da sistematização da resistência dos trabalhadores rurais. O ano de 1980 nos remete ao instante da entrega do título da posse da terra pelo Governador Tarcísio Burity aos trabalhadores de Alagamar.

Neste estudo, optamos por analisar o conflito ocorrido em tal propriedade a partir do foco em Salgado de São Félix. Nossa opção deve-se ao fato de que somos moradores dessa cidade e os trabalhadores rurais que se envolveram de forma mais intensa no movimento residem nesse espaço.

Esses sujeitos em seus agenciamentos cotidianos participaram de um movimento social que para além de uma dimensão política, possui um caráter pedagógico. Partindo desse pressuposto, Bonetti (2007, p.54) evidencia que as ações empreendidas no contexto dos movimentos sociais possuem um processo educativo, uma pedagogia do movimento.

As experiências e vivências formuladas pelos trabalhadores rurais que estiveram envolvidos na “Luta do Povo de Alagamar” constituem-se como saberes educativos que podem ser utilizados na consecução de uma Educação Popular, pautada na constituição de sujeitos autônomos, conscientes do seu lugar na sociedade na qual estão inseridos. Assim, vemos que “A educação popular origina-se no seio dos movimentos sociais e avança em direção a outros espaços que a acolhem, como a escola, e nela agindo propõe afirmar a vivência do educando” (ARAÚJO, 2011, p.116).

A escolha da temática do presente estudo foi realizada a partir de quatro prismas, a saber: primeiro, pelo fato de desde criança, enquanto moradores de Salgado de São Félix, ouvir as pessoas idosas relatando o que ocorria na cidade durante o período do Movimento de Alagamar. À medida que crescíamos do ponto de vista etário, crescia também a vontade de conhecer mais sobre essa ação, bem como de ouvir os relatos de homens e mulheres que estiveram envolvidos diretamente na “Luta do Povo de Alagamar”.

Segundo, pelo fato do Movimento de Alagamar ter sido um dos movimentos sociais que mesmo inserido em um contexto marcado pelo Regime Ditatorial, caracterizado pela repressão e perseguição aos que não se afinavam a tal modelo, obteve expressão nacional e representou um exemplo de organização da sociedade civil de forma pacífica.

Em um momento marcado pela desmobilização dos movimentos sociais, tal ação emerge no contexto da Paraíba provocando uma reflexão no seio da sociedade sobre a situação de exclusão social, marginalização e submissão a qual os trabalhadores do campo estavam inseridos. Mesmo diante da repressão instaurada pela Ditadura os moradores de Alagamar conscientes dos seus direitos, não cessaram o grito da denúncia, nem se curvaram diante do quadro de silenciamento que se abria.

Um terceiro aspecto, remete ao fato de que os trabalhos acadêmicos que abordaram o movimento que ora nos reportamos, o fizeram em uma perspectiva de apenas mostrar tal movimento como uma “luta” pela posse da terra ou tentando destacar a forma como os agricultores se organizavam dentro da ação.

Neste perfil, se encaixa a exemplo, o trabalho de conclusão de Lidiane Maria da Silva, intitulado *Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca à boca às manchetes dos jornais*, apresentado em 2010, no Curso de Comunicação Social

da Universidade Estadual da Paraíba que objetivava discutir como a comunicação entre os moradores e as lideranças e a forma como este acontecimento repercutiu na mídia impressa, contribuiu para o desfecho do referido movimento social.

Em nosso estudo, buscamos ressignificar a “Luta do Povo de Alagamar” mostrando que existia uma prática educacional não-formal, presente nas ações empreendidas pelos trabalhadores rurais e que nas suas resistências e em seus agenciamentos cotidianos, tais sujeitos construíram experiências e vivências que são educativas. Assim, partimos do pressuposto de que

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatados no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente (GOHN, 2009, p.18-19).

O último motivo que nos fez optar por esta temática deve-se a questão de que consideramos que para a linha de pesquisa do curso de História, *Ensino de História*, discutir no contexto da História fazendo uma interface entre a educação e um movimento social da envergadura de Alagamar, nos possibilita compreender enquanto historiadores as práticas educativas dentro do movimento, abordando como a partir dos seus agenciamentos e resistências os trabalhadores da referida comunidade construíram saberes.

Analisando os trabalhos de conclusão de curso que estão arquivados no NUDOPH³ percebemos que muitos destes abordaram aspectos referentes aos movimentos sociais. Dentre estes podemos mencionar o de Emmanuel Barbosa da Silva, que tem por título *Querem enterrá-la viva: mas a história camponesa continua no assentamento Santa Cruz em Campina Grande – PB (1987-2007)*, defendido em 2008 e que objetiva dar visibilidade a existência do camponês mediante as transformações políticas, econômicas e sociais.

Outro exemplo é o trabalho monográfico de Eurivan Fernandes de Souza, intitulado *A Luta pela Terra e a Reforma Agrária: das ligas camponesas ao MST, um*

³ Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica. Trata-se do arquivo do curso de História onde são armazenados os trabalhos de conclusão de cursos da graduação dos discentes, algumas monografias de especialização e os memoriais de experiência docentes dos alunos estagiários. Tal núcleo está localizado no Centro de Educação – CEDUC – I da Universidade Estadual da Paraíba.

estudo comparativo, defendido em 2002, onde é discutido, partindo de uma análise bibliográfica, como os movimentos sociais, o MST, e as Ligas Camponesas imprimiram uma imagem de radicalidade na luta pela Reforma Agrária.

Analisando os dois trabalhos que destacamos acima, vemos que as discussões realizadas no tocante aos movimentos sociais camponeses, o fazem no sentido de enfatizar o viés político da ação, bem como a luta pela posse da terra. Não desconsiderando a importância de tais estudos, nem que os movimentos sociais são detentores de uma prática política, almejamos agregar a uma análise política do movimento, uma interface com a educação, na tentativa de perceber como a “Luta do Povo de Alagamar” possui uma dimensão educacional.

Compreendemos que nossa discussão se torna inovadora e pioneira no curso de História, na linha de pesquisa Ensino de História. Enquanto historiadores e educadores nos preocupamos em perceber a partir do nosso contexto social o movimento e o seu teor educacional.

Partindo destes aspectos, como questão orientadora de nosso estudo, levantamos o seguinte foco investigativo: De que maneira a “Luta do Povo de Alagamar” pode ser percebida como um movimento social que para além das questões políticas a sua História e a História das pessoas nele envolvidas podem consistir em conteúdos de aprendizagem propiciando uma educação contextualizadora?

Do ponto de vista teórico, nossa pesquisa esta alicerçada no contexto da História Social. Tal campo historiográfico nos forneceu subsídios para que pudéssemos compreender de que forma os trabalhadores rurais de Alagamar construíram saberes e experiências a partir dos seus agenciamentos e mecanismos de resistência.

Os estudos atinentes a História Social foram sistematizados entre os anos 1950 e 1970, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial partindo de historiadores como E. P. Thompson, Eric Hobsbawn e Maurice Dobb, além de outros estudiosos, como Stuart Hall, que romperam com o Marxismo Ortodoxo. Este rompimento se deu a partir da inserção nas análises feitas por tais intelectuais de temáticas como a cultura, desviando assim, o foco e a preponderância do fator econômico como elemento definidor de todas as relações sociais. Assim notamos que

Nos anos 1960 e 1970, sintomas de mudanças nos paradigmas se fizeram sentir de dentro do próprio campo dos historiadores. Uma nova história social passou a se desenvolver, tanto dentro do marxismo quanto fora dele, a partir da escola francesa dos Annales. No meio intelectual marxista, um grupo anglo-saxão, notadamente inglês, passou a combater a ortodoxia dessa concepção teórica (PESAVENTO, 2003, p.28).

Ainda nos reportando a História Social percebemos que

Foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica. Foram décadas marcadas, grosso modo, pelo apogeu dos estruturalismos (da antropologia estrutural a certas abordagens marxistas), pela euforia do uso de quantificações nas ciências sociais, pelos primeiros avanços da informática e pela explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade de historiadores podia continuar a ignorar (CASTRO, 1997, p.78).

Partindo das falas de Pesavento (2003) e de Castro (1997) compreendemos que a História Social, enquanto campo da História questionou o modelo explicativo economicista de vinculação marxista e buscou realizar uma interpretação do social partindo de aspectos tais como a cultura. Neste sentido, tal concepção historiográfica questionou as bases de sustentação de uma historiografia tradicional e possibilitou o alargamento da área de estudo do historiador, bem como das fontes disponíveis para a prática do seu ofício.

Burke (1992, p.11) ao discutir sobre tal alargamento realizado pela História Social, evidencia que toda ação humana passou a ser de interesse do historiador. Assim, aspectos como os odores, a loucura, a morte, os gestos do corpo e mesmo o silêncio tem sido alvo de estudos no campo da História.

Dentre os historiadores que enveredaram pelo campo da História Social, um dos que mais alargou as fontes de estudo foi E. P. Thompson. Na tentativa de compreender os mais diversos temas do cotidiano dos operários ingleses, no instante da consolidação do Capitalismo, recorreu a fontes tais como cartas e outras formas de expressão. Neste sentido,

Tanto seu objeto quanto suas fontes foram abordados de forma pouco convencionais. O estudo abrangia um vasto campo que compreendia política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, lutas de subscrições, bandeiras e outras formas de expressão popular, regra geral, desconsideradas pelos historiadores.

Thompson estava particularmente interessado em observar por meio desse tipo de documentos a gestação de uma cultura popular em oposição à cultura das elites e as possíveis relações desse processo com a percepção de classe social (MÜLLER; MUNHOZ, 2010, p.35).

Um dos principais objetivos da História Social é visibilizar determinados segmentos sociais que foram excluídos da História por uma historiografia de cunho tradicional rankiana. Neste sentido, tal campo ficou conhecido por se preocupar com as ações cotidianas dos vindos de baixo, que por décadas não foram evidenciados nem perscrutados pela História.

Os estudos deste campo historiográfico foram alavancados a partir da reformulação de conceitos como o de classe social e da ênfase em noções como a de experiência. De acordo com Fortes e Silva (2007, p.3) este fato possibilitou que historiadores como E. P. Thompson pudessem desenvolver estudos sobre a cultura popular e operária, bem como visibilizar grupos sociais antes excluídos.

A respeito da associação entre História Social e os vindos de baixo e as transformações conceituais que mencionamos acima observamos que

Na postura desses autores, podemos dizer que a análise classista foi alargada para uma análise dos subalternos, com o que a história social confirmou a sua preocupação com os desde baixo, mas com uma série de inovações, que apontavam exatamente para o resgate dos significados que os homens conferiam a si próprios e ao mundo. Essa nova história social privilegiou a experiência de classe em detrimento do enfoque da luta de classes, centrou sua análise na estruturação de uma consciência e de uma identidade e buscou resgatar as práticas cotidianas da existência (PESAVENTO, 2003, p.30).

Os historiadores que escrevem seus trabalhos tendo como aporte teórico a História Social partem do pressuposto de que os indivíduos pertencentes a grupos que foram marginalizados historicamente possuem uma produção histórica constituída a partir de suas vivências e experiências que pode ser evidenciada e visualizada pela escrita da História.

No caso específico da produção acadêmica no Brasil, percebemos que os estudos alicerçados em tal campo historiográfico discutem principalmente a questão do trabalho e da cultura. Tais pesquisas são empreendidas fortemente na Unicamp e objetivam compreender o cotidiano dos operários urbanos, dos trabalhadores do

campo, além dos da fábrica. A respeito da expansão da História Social no Brasil verificamos que

A expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação marcariam, a partir da década de 1970 e, especialmente, na de 1980, uma expansão e consolidação da profissionalização do historiador no Brasil, que se faria, em grande parte, concomitantemente a crise dos referenciais teóricos até então predominantes. Este movimento, aliado ao diálogo com as teses gerais dos sociólogos que os precederam, configuraria o campo específico em que aqui se desenvolveriam os problemas e discussões característicos da história social (CASTRO, 1997, p.91).

Tendo como base esta discussão sobre a História Social, percebemos que tal campo historiográfico nos permite lançar o olhar sobre o nosso objeto, de forma a elucidar as histórias de vida, experiências e vivências dos indivíduos que fizeram parte de nossa pesquisa. Tais sujeitos são detentores de saberes constituídos no interior do movimento ao qual nos reportamos.

Trabalhamos com a História Social em sua vertente inglesa tomando como referência principalmente os estudos de Thompson (1998) no qual utilizamos os conceitos de resistência/agenciamento e experiência. Thompson foi membro do Partido Comunista e aliado a outros historiadores como Christopher Hill, John Saville, Raymond William, Maurice Dobb e Eric Hobsbawn integrava o grupo denominado Marxistas Humanistas.

As produções de Thompson estiveram voltadas para a compreensão dos movimentos operários ingleses, tentando perceber tais ações não apenas pelo viés econômico, mas pelo cultural e político. Professor de escolas noturnas, lançou as bases do seu pensamento na revista *New Reasoner* e de forma mais clara na *New Left*⁴. De acordo com Muller e Munhoz (2010, p.33-34), o pensamento thompsoniano estava alicerçado em uma crítica a dicotomia base-estrutura postulada pelos marxistas ortodoxos.

A crítica realizada pelos Marxistas Humanistas aos Ortodoxos remetia a necessidade de formular um modelo interpretativo que não estivesse restrito apenas

⁴ A revista *New Reasoner* foi fundada por E. P. Thompson e Saville após o rompimento destes com o Partido Comunista Britânico em 1956. De acordo com Muller Munhoz (2010, p.34), o título da revista representava uma afronta ao partido comunista que havia proibido, nos anos anteriores, a circulação da revista *Reasoner* também sistematizada por estes dois intelectuais. Posteriormente a *New Reasoner* se fundiu a *Left Review* organizado por alunos da universidade de Oxford resultando na *New Left*.

ao fator econômico, mas que compreendesse a complexidade das relações sociais e culturais entre os seres humanos. Assim, como evidencia Pesavento (2003, p.12-13) muitos marxistas, dentre eles Thompson, se afastaram de tal concepção teórica e se voltaram para outras questões e temas.

A implantação do Capitalismo na Inglaterra do século XVIII, assim como em outros espaços onde tal sistema econômico penetrou de forma intensa, ocasionou uma transformação dos usos e dos costumes das populações que residiam nesse país. Esse choque cultural pode ser observado quando contemplamos a imposição pelo Capitalismo da alfabetização e a consequente introdução da escrita na sociedade inglesa que tinham como alicerce de sua cultura a tradição oral.

Thompson (1998, p.13), propõe que diante desse quadro a população desenvolveu mecanismos a partir dos quais foi possível resistir à imposição de outra cultura que não a dessa. Uma das formas de resistência foi o endossamento dos costumes, na tentativa de questionar o modelo que o sistema Capitalista almejava implementar.

Cotidianamente a população operária inglesa agenciava, ou seja, constituía meios através dos quais era possível interromper o processo de supressão dos costumes deste segmento social. Partindo de um estudo da cultura, Thompson (1998, p.15) apresenta que os costumes nesta sociedade passaram a se constituir enquanto uma forma de resistência, e o seu endossamento propiciou o aumento da pressão e dos protestos tidos como populares.

Da mesma forma que os trabalhadores operários ingleses do século XVIII desenvolveram ações de agenciamento e resistência, os trabalhadores de Alagamar envolvidos no movimento social, empreenderam ações cotidianas a partir das quais foi possível romper com o quadro de submissão ao qual estavam submetidos.

No caso dos operários ingleses, o mecanismo adotado foi o endossamento dos costumes, ao passo que na “Luta do Povo de Alagamar” o instrumento utilizado foi o empreendimento de uma ação coletiva e pacífica que mais que a posse da terra, buscava a manutenção de uma memória coletiva que foi construída tendo como referência tal propriedade.

A experiência, outro conceito do autor em análise, remete a constituição de uma nova forma de compreender e interpretar o mundo, constituída a partir de situações de crises e de conflitos. Em casos conflituosos como a resistência empreendida pelos operários ingleses frente ao Capitalismo, ou pelos trabalhadores

de Alagamar frente à ordem de expulsão da terra, tais sujeitos envolvidos nas ações, vivenciaram acontecimentos a partir dos quais foi possível constituir experiências e novas formas de conceber o meio que os cercava.

Thompson (1987, p.10) postula que as experiências que são partilhadas por um conjunto de sujeitos diante de um contexto tenso e conflitante tende a formular uma identidade coletiva que resultara na formulação de outras experiências tantas, e no desencadear de uma conscientização. Em seus agenciamentos cotidianos, os trabalhadores de Alagamar constituíram uma identidade de pertencimento ao movimento social, o que os impulsionou a reivindicar a posse da terra e a preservação dos seus costumes.

Neste sentido, recorreremos ao conceito de identidade em Hall (2002), com o objetivo de perceber como os trabalhadores envolvidos no movimento em estudo, constituíram uma identidade que os permitiu sistematizar a resistência e construir experiências e vivências dentro desta ação.

Nossas identidades, formadas de maneira conflituosa, são sistematizadas a partir da forma como somos interpelados socialmente. Neste sentido, compreendemos que a identidade não é um dado natural, ou essencialista, mas resulta de um constructo social, cultural e histórico. Enquanto uma questão histórica, uma prática social e cultural, os movimentos sociais se constituem como um espaço de construção de identidades. Assim sendo, a identidade

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2002, p.13).

Os movimentos sociais referentes ao campo, mais do que a posse da terra, lutam pela manutenção de uma cultura, de costumes e tradições construídos tendo como norte determinada comunidade. No caso de Alagamar, tal fato não foi diferente. Diante da eminência da perda da terra e da supressão dos seus costumes, os trabalhadores desta localidade tendo como referencia a propriedade onde muitos nasceram e cresceram constituíram uma identidade coletiva que os uniu de forma pacífica, como veremos nos capítulos que seguem.

Para discutirmos sobre Movimentos Sociais partimos dos pressupostos de Gohn (2010) e Batista (2007). Estas duas autoras nos fornecem aporte teórico para pensar estes movimentos como possuidores de uma dimensão pedagógica e educativa.

Os movimentos sociais enquanto espaço de reivindicações e forma de organização da sociedade civil na busca pela concretização dos seus direitos constitui nos sujeitos que participam destas ações novas experiências e saberes. Partindo destes aspectos, podemos compreender que

Os movimentos sociais como ações coletivas que aglutinam sujeitos sociais em torno da luta por objetivos comuns, que formam identidades coletivas unificando as múltiplas identidades individuais, formam um “nós”, ou seja, constroem identidades coletivas que adquirem sentido pelo compartilhamento de interesses comuns. [...] Os movimentos sociais constituem-se em múltiplas formas organizativas, demandas reivindicações que questionam as mais variadas formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos, discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas dos macro e micropoderes que permeiam as relações sociais (BATISTA, 2007, p.170).

Tendo como norte as discussões enveredadas por Batista (2007), podemos inferir que os movimentos sociais podem ser pensados como uma ação de cunho coletivo onde a partir da constituição de uma identidade coletiva, indivíduos se unem em prol da defesa de um interesse comum. Tais movimentos têm como norte o questionamento dos mecanismos de opressão e submissão a que determinados sujeitos históricos foram legados no decorrer da História.

Em consonância com a concepção de movimento social acima analisada, podemos apresentar a definição de Gohn (2010, p.8), de acordo com a qual tais movimentos se constituem como ações cotidianas coletivas, onde os sujeitos envolvidos em tal ato visam demonstrar que a sociedade civil é organizada e reivindicar soluções para suas demandas e problemas.

Na tentativa de compreender como os indivíduos envolvidos nos movimentos sociais constituem, assim como evidencia Batista (2007, p.170), um nós, no interior da ação, em detrimento das múltiplas identidades individuais, recorreremos ao conceito de memória coletiva.

Tomando como aporte Halbwachs (2006, p.12), compreendemos que a memória coletiva não é uma imposição ou um instrumento de dominação. Mas, remete a adesão por parte dos indivíduos a um grupo norteado por um sentimento

comum, pela ideia do pertencimento. No caso do movimento de Alagamar, o elemento que conferia o sentimento de unidade e a consecução de uma memória coletiva foi o desejo de permanecer na terra e ver os seus costumes mantidos.

A partir da participação no movimento homens e mulheres construíram uma memória coletiva. Neste estudo ao recorrer a tal memória, almejamos ressignificar as experiências e vivências destes sujeitos no sentido de compreendê-las enquanto detentoras de um potencial educativo.

Para evidenciar como a ação de resistência dos trabalhadores de Alagamar foi empreendida a partir da tomada de consciência, recorreremos ao conceito de conscientização em Freire (1987, p.8). De acordo com este autor, a conscientização remete ao despertar para enxergar o contexto social de marginalização no qual determinados indivíduos estão inseridos, bem como a necessidade de romper com tal submissão a partir de agenciamentos cotidianos.

A conscientização dentro dos movimentos sociais é possível através do empreendimento de uma ação dialógica de homens e mulheres entre si e com o mundo, diálogo aqui compreendido como sendo o “encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 1987, p.45).

A tomada de consciência no interior dos movimentos representa mais do que o reconhecimento dos direitos e deveres dos indivíduos, mas a assunção destes enquanto sujeitos históricos, fazedores de sua própria vida na medida em que partilham experiências, vivências e constroem identidades e significados para si e para o mundo que os cerca.

Em Freire (1987, p.48), recorreremos também ao conceito de educação popular compreendido como uma prática educativa alicerçada na constituição de sujeitos críticos e em uma ação dialógica. Partindo destes aspectos, discutimos como os saberes construídos a partir do movimento de Alagamar podem ser utilizados na consecução de uma educação problematizadora e conscientizadora dos sujeitos históricos.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos a História Oral na tentativa de ressignificar as histórias de vida dos trabalhadores de Alagamar. Esta enquanto um método possibilitou um alargamento das fontes disponíveis para o trabalho do historiador. Tal metodologia tem sido alvo de críticas por historiadores de vinculação

tradicional, que considerando o documento escrito como o único documento verdadeiro, questionam a veracidade da História Oral. Neste sentido,

Destarte, como documento que deveria propiciar ao historiador o resgate dos acontecimentos, “tal como se sucederam”, o testemunho oral ou escrito mostrava-se, evidentemente, uma fonte inadequada, só devendo ser utilizada como último recurso e, assim mesmo, com extrema cautela (FREITAS, 2006, p.40).

Atualmente essa metodologia adquiriu um estatuto de cientificidade e estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, entre os quais estão os historiadores, têm recorrido a ela. Estes têm, como postula Alberti (2005, p.165), percebido os vários usos e possibilidades da História Oral no empreendimento de pesquisas que objetivam principalmente enfatizar a história de vida de determinados grupos sociais tais como os trabalhadores rurais, que foram silenciados por uma escrita urbana e eurocêntrica da História.

O trato com a História Oral possibilita que possamos, a partir das Histórias de vida dos trabalhadores que participaram do movimento de Alagamar, compreender como as suas experiências bem como as vivências destes, adquiridas no contexto do referido movimento, possuem um caráter educativo. Assim, “Na busca de características de uma coletividade, a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2006, p.48-49).

A História Oral como uma fonte disponível ao historiador é passível de questionamento. Embora tenha conquistado o seu estatuto de cientificidade, muitas ainda são as discussões e discordâncias no tocante ao uso de tal método. Neste sentido vemos que

As transformações que têm marcado o campo da história, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da cultura, e reincorporando o papel do indivíduo no processo social, vêm portanto estimulando o uso das fontes orais e restringindo as desconfianças quanto à utilização da história oral. Entretanto, apesar dessas transformações, o debate a respeito da legitimidade da história oral não é assunto resolvido. São constantes as avaliações de historiadores de diferentes países ou que trabalham com diferentes abordagens desqualificando esse método de pesquisa. As resistências vão da rejeição completa, a partir da visão de que o depoimento oral apenas relata intrigas, ao questionamento da expressão “história oral” em favor de “fontes orais” (FERREIRA, 2002, p.328).

Na História Oral fizemos uso da modalidade História de Vida através da técnica da entrevista semi-estruturada. Tal modalidade remete a ressignificação de um fato ocorrido na vida de um indivíduo, por ele mesmo. Em nossa pesquisa, ao trabalhar com a História Oral de Vida não almejamos abranger a totalidade das vivências de nossos depoentes, mas apenas suas experiências constituídas tendo por base o movimento de Alagamar ao qual nos reportamos no presente estudo.

Os sujeitos de nossa pesquisa são cinco pessoas que participaram do movimento ao qual nos reportamos neste estudo, sendo três trabalhadores na faixa etária entre 62 e 68 anos e duas trabalhadoras com idade entre 62 e 68 anos. Os nossos entrevistados são moradores dos sítios Alagamar, Maria de Melo, Teju, Piacas, que constituem a Grande Alagamar onde ocorreu o movimento social em estudo.

Além da História Oral trabalhamos com jornais impressos tais como *Diário da Borborema, A União e O Norte*⁵. Os exemplares que analisamos são itens avulsos de propriedade dos moradores de Alagamar. Utilizaremos estes jornais confrontando as informações presentes nestes, com os depoimentos colhidos junto aos nossos entrevistados. Recorremos também, ao *Informativo Arquidiocesano* nº.83, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 1980, que teve como tema abordado a “Luta do Povo de Alagamar”.

Ao optar por esta metodologia não estamos querendo testar a veracidade das fontes orais, mas tentar perceber aspectos referentes às histórias de vida destes trabalhadores rurais que foram silenciados pelo discurso oficial presente nos jornais. Partimos do pressuposto, que assim como as demais fontes, os jornais impressos, como postula De Luca (2010, p.131), são permeados por silenciamentos, interesses e subjetividades que cabe ao pesquisador detectar.

Faremos uso também de fotografias da “Luta do Povo de Alagamar” que estão disponíveis no acervo online⁶ da Fundação Joaquim Nabuco. Consideramos as fontes imagéticas não como meras ilustrações, mas como um documento que, assim como os demais, porta ideologias. Neste sentido, vemos que como evidencia Burke (2004, p.43), enquanto uma evidencia de um acontecimento passado, as imagens objetivam comunicar algo, sendo assim, portadoras de subjetividades.

⁵ Como os jornais aos quais recorreremos são itens avulsos, estes não possuem a numeração da página, nem o nome do caderno ao qual pertencem. Os dados que possuímos destes jornais são apenas a data e o nome do Jornal.

⁶ O referido acervo pode ser visualizado no site: www.fundaj.gov.br.

Nossa pesquisa foi empreendida a partir de seis etapas. Em um primeiro momento, no ano de 2009, fizemos visitas informais à comunidade rural lócus de nossa pesquisa, na tentativa de perceber os modos de vida, bem como o cotidiano das pessoas que residem neste espaço. Posteriormente, fizemos um levantamento das fontes disponíveis para a nossa pesquisa como fotografias, jornais, títulos de propriedade e de quais trabalhadores rurais seriam, possivelmente, nossos entrevistados. Neste instante digitalizamos todo o material que foi recolhido.

Num terceiro momento, no ano de 2010, partimos para um estudo bibliográfico sobre a questão dos movimentos sociais no campo no contexto dos anos 1970 e 1980 na tentativa de contextualizar o nosso objeto de estudo. Concomitantemente iniciamos o estudo dos autores que balizariam do ponto de vista teórico a nossa pesquisa e definimos os aspectos específicos do nosso projeto de pesquisa.

No quarto momento, realizamos as primeiras entrevistas e continuamos a pesquisar junto a comunidade materiais que pudessem contribuir com o nosso estudo. No ano de 2011 partimos para as duas últimas fases da nossa pesquisa. A princípio finalizamos a realização das entrevistas, da transcrição e da análise. Na última fase empreendemos a escrita do resultado final do nosso estudo.

Este trabalho está organizado em uma introdução e dois capítulos. No segundo capítulo intitulado *“Numa terra onde se tange o homem como gado e se defende o gado como homem”, a eclosão de um movimento: a “Luta do Povo de Alagamar”, seus antecedentes e desenrolar*, discutiremos a respeito dos movimentos sociais partindo de Alagamar evidenciando o contexto anterior a eclosão da ação e como foi desencadeado o processo de conscientização que possibilitou a sistematização da resistência por parte dos trabalhadores rurais dessa comunidade.

No terceiro capítulo, *Nas mãos que aram a terra, nas vozes que clamam pelos direitos, um espaço de construção de saberes: o Movimento de Alagamar e seu caráter educativo*, ressignificaremos o movimento em estudo, partindo das histórias e trajetórias de vida dos nossos depoentes, destacando como as experiências e as vivências destes sujeitos possuem uma dimensão pedagógica e educativa.

As experiências e vivências dos trabalhadores rurais que participaram da “Luta do Povo de Alagamar” se constituem como saberes que não podem ser

legados ao lugar do esquecimento ou silenciamento. Trazer à tona tal discussão partindo das histórias de vida desses sujeitos, nos permite construir um trabalho que para além de um requisito para conclusão de uma graduação, se reporta a partilha dos conhecimentos e das vivências dos moradores de uma comunidade que, engajados em um movimento, onde mais que a posse da terra, reivindicaram a manutenção dos seus costumes, identidades e tradições.

2. “NUMA TERRA ONDE SE TANGE O HOMEM COMO GADO E SE DEFENDE O GADO COMO HOMEM”, A ECLOSÃO DE UM MOVIMENTO: A “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR”, SEUS ANTECEDENTES E DESENVOLVER

Pois pronto, esses filhos nascido e criado na terra que são realmente os originais agricultor né, então a gente tem uma vantagem porque a gente tem olhe tem nosso feijão, nosso milho, nossa fava, nosso inhame. Tendo terra para plantar ai vale a pena ser agricultor né. Agora não tendo terra, fica difícil (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2011).

O depoimento de Exedito Francisco Gonçalves (2011) nos revela o significado que a terra possui na vida de um trabalhador rural na medida em que esta se constitui, em muitos casos, como a única fonte de onde estes cotidianamente retiram o seu sustento e o de seus familiares. Além de uma questão de sobrevivência do ponto de vista econômico, a terra significa para estes indivíduos o espaço a partir do qual constroem suas identidades e memórias, conforme nos mostra Batista (2007, p.171).

Partindo desse pressuposto, é que no decorrer do século XX eclodiram vários movimentos no campo reivindicando a posse da terra e o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores rurais. Esses indivíduos agenciavam, assim como propõe Thompson (1998, p.21), para que não tivessem os seus costumes, tradições, memória e identidades desarticulados mediante os interesses do proprietário da terra.

A ausência da terra, como nos apresentou Exedito Francisco Gonçalves (2011), se constitui como um mecanismo que dificulta o desenvolvimento por parte de tais sujeitos das suas atividades trabalhistas, bem como da constituição de laços de sociabilidade.

Neste sentido, os movimentos sociais do campo partem do pressuposto, de que a terra além de um espaço de subsistência é para o trabalhador rural, o ambiente onde este desenvolve sua vida social e a partir do qual constrói as suas interpretações e leituras do mundo notabilizadas a partir das suas experiências. Assim, os movimentos sociais camponeses

[...], constituem-se em múltiplas formas organizativas, demandas, reivindicações que questionam as mais variadas formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos, discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas dos macro e micropoderes que permeiam as relações sociais. Os espaços de contestação são palcos de lutas onde se forjam novas significações, novas identidades, novos conteúdos e significados aos lugares; criam novos territórios (BATISTA, 2006, p.170).

Tendo como norte tais aspectos, neste capítulo problematizaremos os movimentos sociais, partindo do Movimento de Alagamar. Empreenderemos a nossa análise tendo como norte os estudos realizados por Thompson (1998) no qual recorreremos aos conceitos de experiência e agenciamento, e por Medeiros (1989) e Gohn (2009) para que possamos historicizar o movimento ao qual nos reportamos, evidenciando como em um contexto de Ditadura Militar, caracterizado pela perseguição às formas de organização da sociedade civil, eclode um movimento social da envergadura de Alagamar.

Traçaremos as veredas históricas do referido movimento partindo do empreendimento de uma interface entre os relatos dos nossos entrevistados, os documentos oficiais e a bibliografia na qual nos aportamos. Nessa perspectiva, tentaremos compreender a situação de opressão a qual estavam legados os trabalhadores rurais, para percebermos os aspectos que despertaram nesses sujeitos a necessidade de conscientizar-se, buscar a efetivação dos seus direitos e de sua luta.

Analisar como estavam consubstanciadas as relações sociais e econômicas na comunidade de Alagamar anteriormente a eclosão do movimento, nos permite detectar quais elementos que desencadearam o processo de conscientização e organização da resistência destes trabalhadores, frente à situação de marginalização social a qual estavam submetidos.

Compreendemos que como evidencia Gohn (2009, p.17), a partir do momento em que os sujeitos oprimidos historicamente tomam conhecimento dos seus direitos e deveres sociais, concomitante ao processo de conscientização, estes desenvolvem mecanismos de agenciamento e resistência.

Discutiremos sobre aspectos concernentes a eclosão e a organização da resistência dos trabalhadores rurais desta comunidade, para que possamos, posteriormente, evidenciar o caráter pedagógico e educativo desse movimento.

Como propõe Gohn (2009, p.50), os movimentos sociais para além de uma dimensão política possuem uma ação pedagógica que pode ser elucidada a partir das vivências e experiências dos sujeitos envolvidos em tal ação.

2.1. Antecedentes históricos do Movimento de Alagamar

O município de Salgado de São Félix no período situado entre as décadas de 1970 e 1980 era uma região eminentemente agrícola formada por grandes núcleos rurais e onde os proprietários de terra possuíam influência econômica, política e social. Dentre essas propriedades podemos mencionar a Fazenda Alagamar, pertencente a Arnaldo Maroja, que estava situada entre essa cidade e Itabaiana na Paraíba.

Alagamar era constituída por diversos sítios onde residiam cerca de 700 famílias que viviam sob o domínio de um patrão, o anteriormente mencionado, Arnaldo Maroja. O Informativo Arquidiocesano de 1980, nº83, que teve como tema abordado o Movimento de Alagamar, afirma a respeito desta comunidade que

Alagamar ou como já é conhecida hoje, “A GRANDE ALAGAMAR”, é uma grande propriedade de 13.000 hectares. Esta propriedade fica nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix. Ela é formada por um bocado de Fazendas ou sítios, entre eles: Alagamar, Piacas, Caipora e Maria de Melo. Moram lá 700 famílias. Até 1975, a vida em Alagamar era assim: o povo pagava o foro e plantava mandioca, macaxeira, milho e outras lavouras (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, nº83, p.1).

A citação extraída do Informativo Arquidiocesano (1980), além de nos fornecer dados concernentes ao território geográfico da propriedade, nos possibilita compreender de que forma se davam as relações econômicas e sociais na comunidade de Alagamar, antes da eclosão do Movimento. Nessa localidade residiam centenas de famílias excluídas dos seus direitos sociais e trabalhistas e que pagavam o foro para poder residir e empreender suas atividades cotidianas a fim de retirar o seu sustento e o de seus familiares.

A partir da leitura desse documento eclesial podemos depreender que antes da sistematização do movimento de Alagamar, a vida dos homens e mulheres dessa comunidade era marcada pela negação de direitos e pela opressão. Neste sentido,

verificamos que assim como outros moradores do campo, os trabalhadores de Alagamar viviam em uma situação de marginalização e exclusão social.

A sistematização dos movimentos sociais no campo, que visavam questionar a ordem social e econômica que estava instaurada nesse espaço, remete às décadas de 1940 e 1950. Nesta perspectiva vemos que

É nesse panorama de mudanças muito rápidas de conjuntura, de grande instabilidade política, mas de desenvolvimento econômico e de consolidação de um projeto industrializante para o país, que os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder (MEDEIROS, 1989, p. 18).

No contexto de instauração da Ditadura Militar muitos desses movimentos desencadeados nas décadas de 1940 e 1950, período em que a organização da sociedade civil nos movimentos sociais ganhou destaque, foram reprimidos e ou silenciados, mas, não desarticulados.

Porém, o Movimento de Alagamar difere dessas organizações anteriores, na medida em que foi justamente nesse momento de negação dos direitos sociais, de perseguição política e repressão, que os trabalhadores rurais organizaram-se almejando o rompimento com a situação de opressão em que se encontravam.

O quadro ao qual os trabalhadores rurais de Alagamar estavam submetidos pode ser notabilizado a partir da narrativa de Manoel Justino de Araújo (2010), quando este ressalta que

Na época do dono ou o donatário, agente trabalhava aqui, nós pagava foro em outras palavras arrendamento, e agente só podia, tinha o direito de criar duas cabras, colocar roçado e não criava nenhum animal bovino e tudo abaixo das ordens do fazendeiro do ex-donatário. E o pior era os capataz da fazenda, tinha uma coleção de forma relevante (MANOEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

Manoel Justino de Araújo (2010), ao evidenciar aspectos referentes ao cotidiano da comunidade de Alagamar anteriormente ao conflito, nos chama a atenção para a situação de exploração na qual os trabalhadores rurais viviam, onde mesmo pagando o foro, estes não podiam criar nenhum animal bovino.

Ao não consentir que homens e mulheres que residiam em Alagamar criassem animais, o proprietário estava elaborando um mecanismo a partir do qual supostamente exerceria controle sobre a vida desses sujeitos, na medida em que estes não poderiam acumular bens nem construir sua autonomia. De acordo com Medeiros (1989, p.64), essas proibições se constituíam como uma forma de reação dos proprietários na tentativa de impedir a organização dos trabalhadores rurais.

Além de notabilizar a proibição de possuir animais, Manoel Justino de Araújo (2010), aborda dois aspectos que eram pontos de discussão mais efervescentes dentro dos movimentos campesinos, a saber, o arrendamento e a presença dos capatazes responsáveis pela repressão e punição aos moradores que fugissem as leis ditadas pelo dono da propriedade.

A respeito das reivindicações dos trabalhadores rurais arrendatários, categoria na qual se enquadravam os trabalhadores rurais de Alagamar que participaram do movimento, vemos que

Eram de dois tipos as reivindicações apresentadas por essa categoria, ora apresentando um caráter combinado, ora não. De um lado, colocava-se a luta pela redução das taxas de arrendamento. De outro, a luta pela permanência na terra, visto que, em muitas regiões, o arrendamento era a forma utilizada para a formação de pastos: o proprietário entregava as terras e o arrendatário deveria devolvê-las, normalmente, após os três anos de uso, com pasto formado (MEDEIROS, 1989, p.24).

A partir dos depoimentos colhidos, identificamos que o tratamento dispensado por Arnaldo Maroja aos trabalhadores de Alagamar, não era o mesmo para todos. Esse aspecto pode ser observado quando verificamos que a alguns moradores o proprietário destinava medidas assistencialistas, enquanto outros não eram visualizados por ele. A este respeito, Maria do Carmo da Silva (2011) enfatiza que

Antes do conflito tinha umas passagem boa e umas passagens ruim. O que o homem gostasse muito do morador dele, ele ajudava. Aquele que ele não gostasse, não ajudava não. Passava fome. Se nós criava uma vaca, num criava não. [...]. Era bom para uns e para outros não. Para mim mesmo eu já fui conhecer ele eu já era nova, meu marido também, mas meus pais diziam que ele não era muito bom não. [...]. No tempo dele era uma pobreza. Uma criança num sabia nem o que era um sandálio não. Era uma terra de índio, só não andava ninguém nu (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

Em concordância com o depoimento de Manuel Justino de Araújo (2010), o de Maria do Carmo da Silva (2011) nos revela a situação de Alagamar antes da eclosão do movimento, descrevendo a forma como estavam dispostas as relações sociais entre os moradores e os proprietários. Essas relações eram consubstanciadas a partir da percepção que o proprietário possuía do morador.

Nossa depoente nos evidencia que as condições econômicas das pessoas que residiam nessa localidade beiravam a miséria, chegando ao estágio das crianças não possuírem ao menos um calçado. Partindo da caracterização do indígena como símbolo do atraso, da selvageria e da barbárie, nossa depoente realiza uma analogia entre a vida do índio e dos trabalhadores de Alagamar refletindo sobre a situação de ausência de recursos materiais e assistência trabalhista a qual essa população estava legada, e como vivia à margem dos seus direitos sociais e civis.

Tal situação de disparidade social e de negação dos direitos sociais dos trabalhadores rurais espalhados pelas mais diversas partes do Brasil, possibilitaram a mobilização em movimentos sociais como o de Alagamar, que reivindicavam a posse da terra e o rompimento com esse contexto de marginalização social. Assim,

Este [o Movimento Social] surge a partir das contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores (MEDEIROS, 1989, p.13).

Fazendo uma interface entre o que Medeiros (1989) aborda e a organização dos trabalhadores de Alagamar, podemos verificar que as atividades cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais que residiam nessa comunidade eram regidas pelos interesses e ordens do proprietário, o Arnaldo Maroja. Tal contexto será transformado, como veremos a seguir, a partir do momento em que os trabalhadores rurais desencadearam um processo de conscientização, de reconhecimento dos seus direitos e deveres.

Como evidencia Freire (1967, p.18), a conscientização ao se contrapor as formas de imposição de ideologias e de opressão, ao despertar os indivíduos a situação de negligência a qual estavam submetidos, permite que estes assumam uma posição de denúncia e de contestação ao regime de opressão e segregação no qual estavam inseridos.

O pagamento do foro e a proibição de criar animais consubstanciaram-se como um dos principais elementos que levaram centenas de trabalhadores rurais a conscientizar-se e a sistematizar movimentos que visavam o rompimento com esse contexto de marginalização social. Neste sentido vemos que no tocante a

Paraíba, a luta era pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde pagavam o foro com o cambão. Lutava-se pela extinção do trabalho gratuito, [...], e pelo pagamento do foro da terra, em dinheiro (SOUZA, 1996, p.19).

Além da exploração trabalhista, os trabalhadores de Alagamar também estavam subjugados ao patrão do ponto de vista econômico. Mediante a ausência de produtos necessários a subsistência do morador e de seus familiares, estes eram forçados a recorrer a empréstimos junto ao Arnaldo Maroja. Neste sentido, podemos verificar como a relação proprietário/morador estava alicerçada, entre outros aspectos, na exploração não apenas trabalhista, mas também econômica.

Essa relação pode ser identificada na narrativa de Expedito Francisco Gonçalves (2011) quando propõe que

Bem, ele era realmente um bom patrão, [...], e ele emprestava dinheiro na época para o povo, tinha muita exigência, mas sempre ele emprestava um trocado ao povo. Na época a gente trocava, mas só que tinha que trocar o algodão lá. Um saco de cem quilos, lá só dava setenta né, ele tinha esse saldo né, direto nas mãos dos trabalhadores né (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2011).

A narrativa de Expedito Francisco Gonçalves (2011) nos apresenta como Arnaldo Maroja ao impedir que os trabalhadores de Alagamar pudessem desenvolver suas atividades trabalhistas e criar seus animais, os tornava dependentes economicamente. Mesmo explorando tais sujeitos, o proprietário ainda se configurava como um bom patrão na medida em que emprestava dinheiro aos seus moradores.

Esses empréstimos eram feitos de forma a favorecer o proprietário já que as trocas do algodão, evidenciadas por nosso depoente, eram empreendidas no sentido de favorecer economicamente o Arnaldo Maroja, pois o valor pago pelo produto era desproporcional à quantidade vendida pelos trabalhadores rurais.

A respeito destes laços de dependência construídos pelos moradores em relação ao proprietário, mediante o fornecimento de mercadorias e empréstimos financeiros aos seus moradores percebemos que

Grande parcela dos habitantes do campo, sequer tinha acesso ao dinheiro; geralmente sua ação na economia era adquirir o mínimo para a subsistência nos “barracões” das fazendas, nada sobrando para as compras no mercado ou nas feiras das cidades. Os “barracões” eram armazéns pertencentes às fazendas, engenhos ou usinas, onde os camponeses faziam suas compras. Essas compras constituíam o crédito e a dívida deduzida do pagamento a que fizessem jus. No final do mês jamais havia saldo positivo, sempre dívida (SOUZA, 1996, p. 7).

Partindo dos relatos dos nossos depoentes, bem como das outras fontes mencionadas, verificamos que antes da eclosão do movimento, as relações sociais vislumbradas na comunidade de Alagamar eram marcadas pela dominação e exploração. Nesse contexto, os trabalhadores mesmo pagando o foro que teoricamente assegurava o direito de poder morar e trabalhar na terra, não tinham os seus direitos sociais e trabalhistas visualizados.

As relações construídas no campo são tênues, tensas e complexas. Esse fato pode ser depreendido quando verificamos que mesmo reconhecendo que muitos dos seus direitos eram negados pelo Arnaldo Maroja, muitos trabalhadores rurais o consideravam como um pai, um bom patrão, um protetor. Ou seja, essa relação, na medida em que era marcada pela exploração e opressão, como elucidamos anteriormente, era permeada também por laços paternalistas e de proteção.

Esta referência paternal construída pelos trabalhadores rurais em relação ao proprietário da fazenda onde ocorreu o movimento ao qual nos reportamos, pode ser percebida no depoimento de Maria do Carmo da Silva (2011), quando esta menciona que

Tem um tal de Padre Zé, que tava consolando todo mundo, como que tinha morrido um grande pai e foi mesmo, que quando era com ele ninguém mexia, mas depois que ele faleceu, cada um que quizesse vim judiar [...]. Meu pai mesmo, considerava ele como um pai, meu marido era assim, eu também (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

Ao narrar o episódio da morte de Arnaldo Maroja, Maria do Carmo da Silva (2011) nos fornece subsídios que nos permitem compreender de que forma esta

relação paternalista estava balizada. Mesmo reconhecendo que o período anterior ao movimento era difícil, na medida em que não podiam se quer criar uma vaca da qual retirariam o leite para sustentar os seus filhos, reconheciam que enquanto o proprietário era vivo fornecia segurança e a proteção que só um pai pode destinar a um filho. A presença do Padre Zé para “consolar” os moradores, evidencia o quanto alguns desses sujeitos possuíam uma relação paternal com o seu patrão.

Esse paternalismo e protecionismo por parte do Arnaldo Maroja pode ser elucidado também no depoimento de Manoel Justino de Araújo (2010) quando enfatiza que

Não tenho nada contra ele não. Ele falou, antes de falecer, mandou me chamar e ele me mandou ir para São Paulo, eu digo não vou não senhor. Ele disse: por que? Porque eu não vou não, senhor, nasci na agricultura e quero ficar trabalhando. Ele disse: fique sabendo o senhor que eu não lhe dou uma casa nunca. Toda vida eu fui linguarudo, eu disse: eu também não vou para São Paulo nunca. Passou uns quinze dias, pensou que não chegou o recado: fulano, o senhor Arnaldo disse que você fosse lá. Eu fui quando cheguei lá, ele disse: o senhor veio aqui vê o quê? Eu disse: foi o recado que o senhor mandou. E ele disse: não, não é nada não rapaz, tem pressa não. Mas diga o que é que o senhor quer. Ele disse: olhe, faça uma casa lá naquele terreno que você, onde foi o forno de Bordado que ele vai falecer e essa terra aqui, uma parte vai ser de vocês e a outra do diabo. Ele disse: agora não saia comentando esse assunto não viu. Eu disse: não. Isso foi nos anos 68, veio falecer em 75, e eu permaneci conforme a noite calado, calado, calado! E parece que ele tava igual a José do Egito, sonhando que as coisas iam acontecer e como aconteceu (MANOEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

Ao narrar um episódio em que Arnaldo Maroja ordenou-lhe que fosse a São Paulo e posteriormente doou-lhe uma casa, Manoel Justino de Araújo (2011), apresenta o tratamento protecionista que o proprietário da Comunidade de Alagamar possuía em relação a alguns dos seus moradores. Nosso depoente compara o fato de ter mantido em sigilo tal doação, ao silêncio da noite para evitar que outros moradores da localidade pudessem ser contrários ou tentar impedir a ordem.

O segredo pedido pelo proprietário em relação ao bem que estava doando ao morador, revela que o tratamento que dispensava aos seus moradores era diferenciado, elucidando assim, que existia uma relação de protecionismo.

Ao mesmo tempo em que era permeada por laços de paternalismo e protecionismo, esta relação era tensa e conflituosa. Esse aspecto pode ser notabilizado quando o nosso depoente narra episódios de discórdia que teve com o proprietário, como por exemplo, quando se recusou a ir para São Paulo.

Ao narrar essa situação, Manuel Justino de Araújo (2010) mostra o significado que a terra possui para o trabalhador rural. Ao se recusar a sair de Alagamar, o depoente nos apresenta a terra enquanto um referencial para a construção de uma memória e de uma identidade.

A existência desses laços paternalistas demonstra que para além da existência do opressor/oprimido, as relações sociais no campo, contraditórias e conflituosas, são complexas e devem ser analisadas em uma perspectiva que perpassa a enunciação de uma classe social que exerce a opressão, que controla e subjuga e outra que passivamente é manipulada, silenciada e alienada.

Nessa perspectiva observamos que como evidencia Thompson (1987, p.13) ao analisar os movimentos e conflitos dos trabalhadores sejam estes urbanos ou rurais, devemos evitar generalizações e explicações que partem de um modelo interpretativo fixo e preestabelecido. Uma análise que esteja restrita a oposição entre oprimidos e opressores pode nos impedir de elucidar a dinâmica e a complexidade das relações sociais no campo.

A situação em Alagamar seguiu oscilando entre a sistematização de laços de paternalismo e protecionismo por um lado, e de opressão, exploração e marginalização por outro. Esse contexto será transformado a partir da morte do Arnaldo Maroja, inaugurando um período de reivindicação da posse da terra por parte dos trabalhadores rurais que pagavam o foro e de repressão por parte dos novos proprietários e administradores, como veremos a seguir.

2.2. A morte de um patrão/ “pai” /opressor e o desencadear de um movimento

O ano de 1975, para os trabalhadores de Alagamar, representou um momento ímpar na medida em que foi marcado pela morte de Arnaldo Maroja e pelo empreendimento de um processo de conscientização onde estes perceberam a situação de marginalização social na qual se encontravam. Essa tomada de consciência remete a

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco

saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (FREIRE, 1987, p.16).

O ato de conscientizar-se permitiu que os moradores dessa comunidade pudessem organizar um movimento onde foi possível garantir a posse da terra e a conseqüente manutenção dos seus costumes e tradições, como nos evidencia Thompson (1998, p.13), e de suas memórias e identidades assim como propõe Halbwachs (2006, p.30).

Solteiro e não possuindo herdeiros diretos, Arnaldo Maroja deixou a Fazenda Alagamar em um testamento para que fosse vendida e o dinheiro arrecadado dividido entre quarenta e dois herdeiros. Neste sentido, os administradores Arlindo Paulino e José Valdomiro Coutinho, sem o consentimento e aviso prévio aos moradores, venderam a propriedade. Esse acontecimento pode ser notabilizado a partir do Informativo Arquidiocesano (1980) quando menciona que

Como o senhor Arnaldo Maroja era solteirão e não tinha filhos, as terras dele ficaram num testamento para serem vendidas e o dinheiro ser dividido com 42 herdeiros. Foi aí que o doutor José Valdomiro Ribeiro Coutinho, parente do senhor Maroja, e o administrador Arlindo Paulino, venderam as terras sem avisar aos moradores arrendatários. E aí começou a luta do povo; porque os novos proprietários estavam despejando muita gente (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, nº83,p.2).

A venda da localidade desencadeou um período tenso, de conflitos e de repressão empreendida pelos novos proprietários em relação aos trabalhadores rurais, através dos jagunços e até mesmo da presença de um contingente policial. A este respeito vemos que “Os acontecimentos faziam os moradores da Grande Alagamar ficarem desconfiados de que os proprietários começariam a fazer investidas para tirá-los da terra” (SILVA, 2010, p.10).

A resistência, assim como evidenciada por Thompson (1998, p.15), foi empreendida partindo da percepção e problematização, por parte desses trabalhadores, do contexto no qual estavam inseridos. Ou seja, partindo de uma situação trágica, a morte do patrão/ “pai” /opressor, tais indivíduos, como menciona Freire (1987, p.16), realizaram uma leitura do mundo que os cercava, e reconhecendo-se como seres inconclusos e inacabados, puderam questionar-se, responder a si e ao outro e construir novos questionamentos.

O reconhecimento da situação de marginalização social possibilitou que esses trabalhadores rurais pudessem construir uma memória e identidade coletiva, a partir da qual sistematizaram a resistência. Esta memória coletiva, como menciona Halbwachs (2006, p.50), formulada partindo das experiências de um grupo de indivíduos em um instante complexo, foi constituída a partir do momento em que alguns trabalhadores procuraram o administrador da propriedade para realizar o pagamento do foro e este não expediu o recibo.

Tal aspecto pode ser notabilizado partindo da fala de Severina Maria de Araújo Justino (2011) quando menciona que

Ai, [...], foram pagar o foro dele e o Arlindo Paulino soltou as piadas. Ai disseram: a gente vai procurar os direitos da gente. Foi à sorte dada por Deus. Tinha os direitos né. Quando eles chegaram que buscaram os direitos e a justiça informou, aí começou tudo, aí não foi só os três não, invadiu tudo. Todo mundo se reuniu e foi um por todos e todos por um (SEVERIA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

A fala de Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos evidencia que na medida em que os trabalhadores rurais, diante da não expedição do recibo de pagamento, se negaram a pagar o foro, outros sujeitos tiveram a mesma ação. Ou seja, neste instante esse acontecimento passou a possuir um caráter coletivo, e possibilitou a construção de uma consciência de classe. Nesta perspectiva

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias (sic) e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

A ação do Manuel Justino de Araújo, Otávio Correia de Souza e José Inácio da Silva, desencadeou um processo de conscientização, assim como evidenciou Freire (1987, p.15), e de resistência, a partir do qual os trabalhadores de Alagamar despertaram para a necessidade de coletivamente buscar os seus direitos e assim permanecer na localidade.

A partir do acontecimento protagonizado por esses moradores, outros trabalhadores da comunidade construíram uma identidade. Esta identidade permitiu, como menciona Thompson (1998, p.21), resistir às transformações no cotidiano que os novos proprietários visavam impor, bem como a desarticulação dos costumes e tradições dos trabalhadores de Alagamar.

O ato da não expedição do recibo do foro por parte do Arlindo Paulino ocasionou nos trabalhadores envolvidos na ação o medo de perder a sua referência identitária e o espaço do qual retiravam o seu sustento e o de seus filhos. O pagamento do foro e o recibo se configuravam como a única garantia de que os trabalhadores poderiam desenvolver suas atividades de subsistência, mesmo sendo marginalizados e excluídos do ponto de vista social.

Nessa perspectiva, verificamos que “a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais” (FREIRE, 1967, p.18). Neste sentido, mesmo sendo reprimidos pelos proprietários que faziam uso dos seus capatazes e também da polícia, que teoricamente estava na Comunidade para manter a ordem, estes trabalhadores cotidianamente agenciavam buscando novas formas de romper com os mecanismos de opressão. A repressão sofrida pelos trabalhadores de Alagamar pode ser verificada na imagem abaixo:

Imagem I



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco

Podemos depreender a partir da imagem, que a presença dos policiais, oriundos de cidades como Guarabira, Itabaiana e João Pessoa nos denota o clima de repressão e de violência que se estabeleceu na Comunidade de Alagamar e como os proprietários tentaram impedir a sistematização da resistência dos

moradores. Este clima pode ser notabilizado também partindo do Jornal O Norte (31/12/1979) quando menciona que

Doze pessoas que se queixam de terem sido agredidas em Alagamar, durante a escaramuça da última sexta-feira entre colonos e policiais, serão submetidos a exame de corpo delito, no Instituto de Polícia Técnica de João Pessoa. De acordo com as informações, durante a refrega a polícia, além de desferir socos e pontapés em mulheres e crianças, também usou gás lacrimogêneo, que chegou a atingir um menor de três meses de idade (JORNAL O NORTE, 31/12/1979, s/p).

A citação apresentada evidencia como os homens e mulheres que estiveram envolvidos no Movimento de Alagamar foram reprimidos e violentados. Até mesmo as crianças não foram poupadas, já que como nos afirma o jornal anteriormente mencionado, um recém nascido foi violentado. Porém, mesmo diante desse contexto, esses trabalhadores não deixaram de resistir e reivindicar a posse da terra.

Alagamar significava para muitos, o lugar onde haviam nascido, crescido e construído suas identidades, bem com as suas relações de sociabilidade. Partindo deste fato, estes trabalhadores rurais constituíram os mecanismos de resistência e se opuseram aos mandos dos novos proprietários.

Esse aspecto pode ser notabilizado a partir da narrativa de Maria do Carmo da Silva (2011) quando esta apresenta que

Então, ele foi no meu sítio, meu sítio era um sítio bom criador de tudo né, o que plantasse tava bom, ai ele chegou na minha casa e disse: Dona Maria do Carmo você vai receber um dinheiro muito grande para a sua família, para você sair daqui. Eu disse: Dr. eu não saio daqui não, que eu nasci e me criei e não sei andar no mundo, meu marido é quem vive trabalhando fora e eu vou vivendo permanente aqui. Ai ele disse: Não pode não, que você está no despejo. Eu falei: E ai Dr, como é que eu caio no despejo se o senhor não me falou nada? Ele disse: É isso ai nós não avisou porque isso ia ser um grande desmantelo. Eu digo: Desmantelo vai ser agora por diante (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

O depoimento de nossa entrevistada, assim como propõe Batista (2007, p.171), aponta a terra enquanto um espaço vital, a partir do qual os trabalhadores rurais, em muitos casos, nascidos e criados neste espaço, constroem suas experiências de vida. Ao se recusar a sair do seu sítio, Maria do Carmo da Silva (2011) aponta o significado econômico que este possuía na medida em que

assegura a sobrevivência dela juntamente com a sua família, e pessoal na perspectiva que foi nesta localidade que ela pôde escrever a sua história de vida.

Como vimos anteriormente, mesmo sendo explorados pelo patrão, alguns dos trabalhadores rurais de Alagamar mantinham uma relação de confiabilidade e de paternalismo em relação a Arnaldo Maroja. Os novos proprietários, bem como os administradores da terra não possuíam a visão que o antigo proprietário detinha destes moradores, nem estabeleceram laços de confiança em relação a estes. Esse aspecto poder ser notabilizado na narrativa de José Justino Neto (2011) quando menciona que

A partir da morte do proprietário a fazenda ficou sendo administrada pelos familiares e proprietários e com isso a diferença entre o antigo proprietário e o que ficou governando não agradou e os moradores cerca de 700 famílias descontentes com aquela forma ai procuraram seus direitos [...]. Estas famílias acostumadas com o outro proprietário denunciaram os novos e os que oprimiam se deram mal (JOSÉ JUSTINO NETO, 2011).

Mesmo explorando os trabalhadores rurais de Alagamar, Arnaldo Maroja ao estabelecer relações paternalistas e protecionistas, camuflava a situação de marginalização a que estes sujeitos estavam submetidos. Os novos proprietários por não compreenderem a forma como as relações sociais estavam consubstanciadas neste espaço, estabeleceram uma relação de estranhamento e de distanciamento com os moradores, o que permitiu que os trabalhadores rurais percebessem que estavam sendo explorados.

Conscientes dos seus direitos, a primeira medida tomada pelos moradores foi procurar nas instituições representativas, tais como o sindicato dos trabalhadores rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Paraíba - FETAG, o apoio e orientação de que necessitavam para conduzir o movimento. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix não esteve envolvido de forma ativa no movimento de Alagamar.

A não participação do referido sindicato pode ser notabilizado quando Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos afirma que

Nessa época não era Zé Neto quem tava não. Eles não foram muito a favor dos trabalhadores não. Eles eram mais para o lado dos patrões. O sindicato dos Trabalhadores Rurais era para ter, era para entrar junto com os

agricultores, não é agricultor né, não é o sindicato dos agricultores (SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

Em consonância com o depoimento apresentado, podemos mencionar a narrativa de Maria do Carmo da Silva (2011) que após ter sido ameaçada de despejo pelo novo proprietário, procurou o sindicato dos trabalhadores rurais em Salgado de São Félix e foi vítima de preconceito por ser do sexo feminino. Esta nos mencionou que

A primeira viagem que eu fui, foi ao sindicato. Quando eu cheguei no sindicato o rapaz disse, o rapaz do sindicato falou que não gostava de trabalhar com gente mole não, tinha que ser pessoa forte e corajoso. Eu disse: Assim, no dizer assim por que Dr? Porque você é uma mulher (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

Partindo das narrativas de Severina Maria de Araújo Justino (2011) e Maria do Carmo da Silva (2011) podemos compreender que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix não manifestou apoio direto à ação dos trabalhadores de Alagamar. Na nossa percepção este fato é contraditório na medida em que enquanto representante desta categoria, este órgão deveria ter sido o primeiro a envolver-se no movimento e se posicionar a respeito dos fatos que estavam ocorrendo na referida comunidade.

De acordo com Silva (2010, p.11), a ausência do sindicato na orientação destes trabalhadores deve-se ao fato de que este estava atendendo na cidade de Salgado de São Félix aos interesses da Ditadura, bem como dos proprietários rurais. Essa não intervenção no movimento pode estar associada à onda de repressão, intervenções e cassação dos registros que muitos sindicatos vinham sofrendo no contexto do Período Ditatorial, como nos apresenta Medeiros (1989, p.88).

Diante deste quadro, os trabalhadores rurais foram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Paraíba – FETAG, localizada em João Pessoa para relatar os fatos que estavam acontecendo na Comunidade de Alagamar. Esta ação pode ser visualizada partindo do Informativo Arquidiocesano (1980) quando este menciona que

Veja o que os agricultores fizeram, contado pela boca deles mesmos: “Nós somos associados no sindicato, então fomos ao sindicato e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAG da Paraíba. Ela disse que a

solução era a desapropriação pelo Estatuto da Terra” (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, nº83, p.3).

Partindo dessa orientação da FETAG, os trabalhadores rurais de Alagamar encaminharam a sua resistência no sentido de buscar a desapropriação das terras e o direito de permanecer nestas. A delineação de tal objetivo pode ser elucidada no depoimento de Manuel Justino de Araújo (2010) quando este nos afirma que

E o que é que nós queria com o movimento? Nós queria a desapropriação, que era um bicho estranho, mas, a Lei 4.504 garantia que o proprietário é o dono da terra, mas, não pode usar do jeito que muito lhe convier (MANUEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

A fala do nosso depoente aponta para o grau de conscientização a qual esses indivíduos chegaram. Com base na narrativa de Manuel Justino de Araújo (2010) podemos inferir que a partir do momento em que esses trabalhadores recorreram a órgãos como a FETAG e que puderam ter conhecimento da legislação que garantia os seus direitos, a exemplo o Estatuto da Terra (Lei 4.504 mencionada pelo depoente), estes sistematizaram uma resistência que objetivava desapropriar a terra e assegurar a sua permanência neste espaço.

A relação entre o contato com a FETAG e a sistematização do movimento nos mostra que ações desse tipo, costumeiramente são empreendidas partindo da iniciativa dos indivíduos marginalizados socialmente, apoiados por instituições como a Igreja, organizações sindicais, dentre outras. Nesta perspectiva

Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo. A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se deve proceder (GOHN, 2009, p.16).

No movimento ao qual nos reportamos neste estudo, os trabalhadores rurais receberam o apoio do Governo Estadual e Federal e principalmente da Igreja Católica, através da sua Ala Progressista. Nas idas a João Pessoa, Lagoa Seca, dentre outras cidades, nas reuniões realizadas, os trabalhadores de Alagamar apresentavam as suas experiências e recebiam dos representantes dessas

instituições os suportes jurídicos e organizacionais necessários para empreender a ação.

O primeiro contato da Ala Progressista da Igreja Católica com o Movimento de Alagamar se deu quando ao voltar da FETAG os trabalhadores rurais procuraram o então pároco da cidade de Salgado de São Félix, Padre José Diácono, e relataram o que estava acontecendo naquela comunidade.

De acordo com Silva (2010, p.11) o referido padre concordou com a orientação dada pela FETAG e comunicou ao Arcebispo Dom José Maria Pires a situação de opressão, marginalização social e ameaça de expulsão que os moradores de Alagamar estavam vivenciando.

Os religiosos pertencentes à Ala Progressista da Igreja Católica além de fornecerem orientação de como proceder, se faziam presentes nas próprias ações de resistências organizadas pelos moradores, tais como a expulsão do gado e a derrubada de cercas⁷. Este fato pode ser notabilizado a partir do Jornal Diário da Borborema (6/1/1980) quando menciona que

Os Arcebispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e os demais que foram ontem pela manhã a Alagamar, resolveram pessoalmente expulsar o gado dos campos de plantações dos camponeses, chegando todos eles a correrem atrás do gado, todos munidos de pequenos pedaços de pau, utilizados apenas como símbolos para a expulsão dos animais. O gado (sic), por determinação dos proprietários das terras, estão frequentemente (sic) invadindo os roçados e destruindo as lavouras (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 6/1/1980, s/p).

A presença de um setor da Igreja Católica no movimento de Alagamar foi realizada no sentido da orientação, na medida em que mostrava caminhos que os trabalhadores poderiam trilhar, e no da ação, na perspectiva em que os próprios religiosos participaram de atos como o da expulsão do gado. Esse fato nos remete a como o movimento foi um misto de busca do reconhecimento dos direitos sociais, luta e religiosidade. A fotografia a seguir remete a esta participação.

⁷ Na tentativa de impedir a permanência dos trabalhadores rurais na comunidade, os proprietários soltavam animais bovinos nas plantações a fim de destruí-las e cercavam as áreas para impedir que os moradores voltassem a sistematizar o plantio.

Imagem II



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco

A imagem apresentada remete ao instante da realização de uma oração contando com a presença dos trabalhadores rurais religiosos, dentre eles Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, antes de iniciar a expulsão do gado. Neste sentido, podemos compreender que a Ala Progressista da Igreja Católica esteve presente no movimento ao qual nos reportamos, não apenas no sentido da orientação, mas também na perspectiva da participação nos atos que eram sistematizados pelos trabalhadores rurais.

Tais aspectos nos permitem compreender, como evidencia Medeiros (1989, p.154), que com a intensificação dos movimentos envolvendo os trabalhadores rurais, o segmento progressista da Igreja Católica participou de algumas ações de resistência. Dentre estas, podemos citar a “Luta do Povo de Alagamar”.

Decorridos mais de trinta anos do movimento, os trabalhadores rurais de Alagamar quando se reportam a esta ação, destacam a participação da Ala Progressista dessa instituição, bem como a sua importância para que estes pudessem ter a posse da terra.

Esse aspecto pode ser elucidado na narrativa de Expedito Francisco Gonçalves (2011) quando menciona que

Rapaz se não fosse a Igreja, acho que agente não tinha tido a vitória. Ela tava sempre aqui com agente orientando para ninguém brigar, nem matar né. Eu sei que foi uma participação ótima. Teve aqui na minha casa, na minha roça, [...], isso depois de um ataque, [...], Dom Helder que já é falecido, Dom Francisco da Ingazeira e Dom Manuel de Campina Grande (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2011).

A narrativa de Expedito Francisco Gonçalves (2011) nos apresenta, assim como menciona Catão (1985, p.8), o pensamento da Ala Progressista da Igreja Católica, de acordo com o qual, a pobreza e a miséria a que muitos indivíduos estavam submetidos na sociedade, resultava da injustiça e da opressão. Ao apoiar a causa dos trabalhadores de Alagamar, esses religiosos progressistas partindo de uma perspectiva cristã, objetivavam que esses moradores rompessem com a opressão e se libertassem através da busca do reconhecimento dos seus direitos sociais e civis.

Esses aspectos podem ser visualizados no Jornal A União (3/1/1980) onde consta que

“A causa dos agricultores há de vitoriar, porque é causa dos pequenos, dos humildes e de Deus e a ordem dada à polícia de dissolver qualquer ajuntamento camponês é uma arbitrariedade, porque eles têm necessidade de se reunir para defender suas posses e lavouras”. A afirmativa é do arcebispo Dom José Maria Pires, ao comentar ontem para a imprensa as prisões efetuadas por policiais da Secretaria de Segurança na grande Alagamar. Coibir suas reuniões é uma violência e estou certo de que a causa dos agricultores há de vencer, pois, cabe ao poder público oferecer a segurança aos pequenos e aos humildes, que são os preferidos de Deus e devem ser os primeiros beneficiários de uma autoridade que tem consciência de estar servindo ao povo – afirmou Dom José (JORNAL A UNIÃO, 3/1/1980, s/p).

A citação acima nos revela o posicionamento da Ala Progressista da Igreja Católica que manifestou apoio a diversos movimentos de contestação da estrutura agrária no Brasil, bem como da forma como estavam sistematizadas as relações sociais no campo. Em específico, a reportagem refere-se ao Movimento de Alagamar, evidenciando a questão a partir do depoimento de Dom José Maria Pires, que em consonância com o catolicismo progressista optou pela adesão aos movimentos das camadas sociais que estavam sendo excluídas dos seus direitos sociais.

A presença dos termos *a causa dos pequeninos, os pequenos e os humildes* remetem a reforma pastoral vivenciada pelo episcopado no Brasil, mais intensamente a partir da década de 1960, partindo das discussões empreendidas no Concílio do Vaticano II. De acordo com Catão (1986, p.37-38), o Concílio propôs a superação de uma concepção de igreja baseada na hierarquia, em detrimento de uma igreja baseada na comunidade dos cristãos e na assistência aos sujeitos oprimidos historicamente.

Tendo por base as orientações que recebiam tanto dos órgãos representantes dos trabalhadores rurais, como do segmento da Igreja Católica que se fez presente no movimento, dentre outras instituições, os trabalhadores antes do empreendimento da resistência realizavam reuniões para planejar qual ação seria mais adequada para o momento. Nesta perspectiva vemos que

Assim como nas Comunidades Eclesiais de Base, o processo de comunicação que resultaria na tomada de decisão da comunidade se dava através de três fases: ver, julgar e agir. [...]. O primeiro passo era levar para a discussão os últimos acontecimentos. Em seguida, refleti-los de modo cristão, mas tendo em vista principalmente as leis agrárias, e a partir deles traçar uma estratégia para a próxima ação, que poderia ser arrancar uma cerca, tanger o gado, viajar, à capital (sic) para fazer reivindicações. Tudo era antes planejado pelo grupo menor e depois, na grande reunião, as informações eram levadas às demais pessoas da comunidade (SILVA, 2010, p.12).

Essas reuniões, enquanto momentos de tomada de decisões e de troca de conhecimentos, se constituíam como um espaço educativo, a partir do qual a pedagogia do movimento pode ser elucidada, na medida em que este instante propiciava a construção de saberes, calcados nas experiências e vivências dos trabalhadores rurais envolvidos na ação. Discutiremos mais detalhadamente este aspecto educacional e educativo do movimento no capítulo seguinte.

Na busca pela desapropriação da terra, os trabalhadores rurais de Alagamar organizaram várias comissões que se dirigiam a João Pessoa com o objetivo de realizar manifestações. Uma dessas idas à capital ocorreu em Outubro de 1978 quando um grupo se dirigiu a esta localidade na tentativa de falar com o Governador do Estado, Dorgival Terceiro Neto, reivindicando a posse da terra e proteção policial. Esse episódio pode ser notabilizado a partir do Informativo Arquidiocesano (1980) quando este aborda que

Numa outra arte da carta os agricultores contam: No dia 10 de Outubro de 1978 fomos ao Palácio da Redenção em João Pessoa e falamos com o Senhor Dorgival Terceiro Neto, pedindo que ele socorresse nós, afastando os pistoleiros. Entregamos uma carta a ele pedindo a desapropriação de Alagamar, Piacas e Caipora. Mas ele disse o que tivesse com ele ia ter providência, mas a desapropriação era de competência do Presidente da República (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, nº83, p.2).

A citação extraída do Informativo Arquidiocesano (1980) trata-se do fragmento de uma carta escrita pelos trabalhadores rurais de Alagamar direcionada ao então presidente Ernesto Geisel, com o objetivo de comunicar os fatos que estavam ocorrendo na localidade, já que o governador Dorgival Terceiro Neto havia afirmado que a desapropriação era de competência do Governo Federal.

Nunes e Nascimento (sd, p.11), propõem que muitas das promessas feitas pelo governador nesta ocasião não foram cumpridas, dentre elas a garantia de impedir que fosse empreendido qualquer ato violento por parte dos jagunços ou da polícia. Diante da omissão do governador do Estado, os trabalhadores de Alagamar decidiram direcionar essa carta à instância do Governo Federal.

As cartas escritas às autoridades, bem como as idas a João Pessoa para manifestar em frente ao Palácio do governo, se constituíam como uma forma de empreender um movimento que tinha por princípio e norte a posse pela terra, mas que seguindo orientações dos religiosos pertencentes à Ala Progressista da Igreja Católica que estavam presentes na ação, não recorria à violência. Nesta perspectiva Manuel Justino de Araújo (2010) nos evidencia que

Agente não usamos de violência contra capanga, polícia, contra ninguém. Apenas nós usava a organização. Usava as leis, o apoio dos advogados, das instituições, mas também não corria das paradas, diante das ameaças. Naquele momento que as autoridades chegavam, que a polícia mandava parar, nós parava. Obedecia a ordem pública. Nunca desobedecemos, mas também como nós não podia ficar lá permanentemente, nós voltava e o pessoal fazia outro planejamento (MANUEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

A narrativa de Manuel Justino de Araújo (2010) mostra como as idas de uma comissão que representava os trabalhadores de Alagamar significava um mecanismo de resistência. Este mecanismo possibilitava, assim como destaca Thompson (1998, p.15), impedir que os seus costumes, tradições e culturas fossem desarticulados diante da expulsão destes moradores da propriedade.

Ainda no ano de 1978, cerca de trezentos trabalhadores rurais de Alagamar, no dia 7 de Novembro retornaram a João Pessoa. Nesta ocasião estaria na Paraíba o Presidente Ernesto Geisel, e estes moradores direcionaram-se a capital com o desejo de poder ter uma audiência com o presidente, já que em ocasião anterior o governador da Paraíba tinha atribuído ao Governo Federal a responsabilidade pela desapropriação das terras. A respeito deste episódio vemos que

O motivo da visita presidencial segundo Rolim apud Nunes (2002) era ajudar os candidatos arenistas na eleição que se aproximava. A idéia de falar com Geisel foi frustrada. A força policial não permitiu se quer que os agricultores erguessem as faixas de protesto que haviam levado. Foi então, que Severino Izidro decidiu distribuir cópias mimeografadas do Hino de Alagamar, que compunha há pouco tempo. [...], algumas mulheres que gostavam de cantar durante as reuniões começaram a puxar o coro que incluía homens e crianças. Assim, cantando, o povo de Alagamar deu o seu recado ao presidente e disse o que queria dizer (SILVA, 2010, p.17).

Assim como as reuniões, as retiradas das cercas, a expulsão do gado, o ato de entoar o hino da comunidade pode ser evidenciando como um mecanismo de resistência, um agenciamento através do qual os trabalhadores de Alagamar puderam se fazer ouvir. Como propõe Thompson (1987, p.13), esta resistência possibilitou que esses trabalhadores, partindo de suas experiências e das vivências construídas no interior do movimento, pudessem contribuir para a escrita de outra história que distasse da opressão e da marginalização social.

Na medida em que manifestavam em frente ao Palácio do Governo os trabalhadores de Alagamar puderam apresentar para Ernesto Geisel, bem como para a sociedade, que no interior da Paraíba existia um comunidade onde centenas de famílias estavam tendo seus direitos sociais negados, e aonde pais e mães temiam visualizar os seus filhos perecendo de fome, diante da ausência de terras para plantar, colher e criar animais.

As manifestações empreendidas pelos trabalhadores de Alagamar em João Pessoa e os outros mecanismos de resistência adotados por estes, nos possibilitam compreender que

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "conivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não poder ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor (FREIRE, 1987, p. 29).

A partir do instante que os trabalhadores perceberam a situação de opressão a qual estavam submetidos e constituíram uma consciência de classe proposta por Thompson (1987, p.10) e uma memória coletiva, assim como menciona Halbwachs (2006, p.50), estes sujeitos estabeleceram uma relação dialógica a partir da qual foi possível a sistematização da resistência.

Estas ações foram empreendidas a partir de uma atividade reflexiva, partindo das reuniões, e de uma prática que se configurou nas derrubadas de cervas e outras atividades sistematizadas e realizadas pelos trabalhadores com o auxílio das instituições que apoiavam a causa destes sujeitos.

As ações empreendidas por estes moradores possibilitaram que estes pudessem permanecer na terra, preservando assim, suas memórias e identidades. O primeiro ato de desapropriação foi expedido, como evidencia Silva (2010, p.17), em 8 de Novembro de 1978, através da assinatura por Ernesto Geisel do Decreto nº.82.614. Este documento assegurava a desapropriação de 2.000 dos 13.000 hectares que compunham a Grande Alagamar.

Mesmo após a assinatura do Decreto, as manifestações dos trabalhadores rurais continuaram já que estes queriam a desapropriação de outras parcelas da área. Os proprietários permaneceram assim empreendendo atos violentos e perseguindo os moradores que participavam do movimento. Nesta perspectiva

A pressão dos trabalhadores aumentava, era mais evidenciada pela mídia e o movimento ganhava cada vez mais apoio. Com isso, ainda em Janeiro, o governo federal e estadual se comprometeram a resolver o problema através da retirada do gado das lavouras; criação de uma cooperativa para ser a concessionária das terras e por último, comprar a Fazenda Maria de Melo. Em Junho de 1980, o Presidente João Batista Figueiredo, acompanhado do cantor Luiz Gonzaga e do Governador Tarcísio Burity, veio pessoalmente a Maria de Melo e entregou o título de propriedade de posse da terra aos agricultores da Grande Alagamar (SILVA, 2010, p.21).

A desapropriação de parcela da Fazenda Alagamar resultou da sistematização do movimento e da resistência empreendida cotidianamente pelos trabalhadores rurais dessa localidade. Essa ação permitiu que os homens e mulheres dessa comunidade tivessem os seus direitos sociais assegurados, distando da situação anterior onde o gado era tratado como gente e as pessoas eram tangidas do lugar onde haviam crescido e construído suas sociabilidades. Como mencionou Dom Francisco Austragélío, Alagamar era “[...], uma terra onde se

tange o homem como gado e se defende o gado como homem, [era] uma terra desvalorizada” (JORNAL O NORTE, 6/1/1980).

Nesse contexto conflituoso e tenso, os homens e mulheres que estiveram envolvidos na “Luta do Povo de Alagamar” constituíram saberes, pautados em suas experiências e vivências que são educativos e que podem ser elucidados e contemplados pela escrita da História e na consecução de uma educação popular, como veremos no capítulo que segue.

3. NAS MÃOS QUE ARAM A TERRA, NAS VOZES QUE CLAMAM PELOS DIREITOS, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE SABERES: O MOVIMENTO DE ALAGAMAR E O SEU CARÁTER EDUCATIVO

Eu tenho sofrido muito com esse tipo de comportamento, mas eu sou resistente, mas Deus me deu uma coisa chamada à viva luz do saber, que isso eu tenho que saber distribuir enquanto vivo eu estiver e a memória funcionar. 64 anos de idade, passando por provações. É a mão de Deus. Foi à mão de Deus (MANOEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

Historicamente o campo foi visualizado partindo de uma concepção urbano-cêntrica, evidenciada por Souza (2009, p.64), enquanto espaço do atraso, da decadência e da ausência de conhecimento. Nessa perspectiva, quando falamos do homem e da mulher que reside neste ambiente, remetemos ao “Jeca-Tatu” apresentado por Monteiro Lobato e a outros personagens que foram sendo utilizados como referentes a esses sujeitos.

Porém, os trabalhadores rurais em suas atividades cotidianas ao arar a terra, ao reivindicar os seus direitos, ao identificar olhando para o céu e para os sinais que a natureza os dá, a proximidade do tempo chuvoso, mostram que possuem um saber que embora diferente do conhecimento que a sociedade urbana, na qual estamos inseridos, privilegia, não se consubstancia como inferior ou irracional.

Esses saberes, pautados nas experiências e vivências cotidianas de tais sujeitos históricos, possuem um caráter educativo e podem ser contemplados pela escrita da História, no sentido de como evidencia Santos e Abreu et.al (2010, p.118), construir nas e pelas vozes destes sujeitos excluídos e silenciados historicamente, uma educação e uma História conscientizadora, problematizadora e contextualizadora.

A narrativa de Manuel Justino de Araújo (2010), que utilizamos como epígrafe à nossa discussão, nos evidencia que o trabalhador rural possui um conhecimento, “uma viva luz do saber” que o permite assumir-se como sujeito histórico, bem como agenciar e resistir quando oprimido. Este depoimento, pronunciado por um morador que participou do Movimento de Alagamar, formulado a partir das experiências e da memória deste, assim como menciona Halbwachs (2006, p.19), nos possibilita compreender que os movimentos sociais são educativos e que os indivíduos envolvidos nestas ações podem ser visualizados como educadores populares.

Nessa perspectiva, no presente capítulo abordaremos o potencial educativo dos Movimentos Sociais, partindo da “Luta do Povo de Alagamar”, apresentando-os enquanto uma ação que além de política e social, é também educativa. Ao se mobilizarem, ao constituírem seus mecanismos de resistência, assim como aponta Thompson (1998, p.15), na busca da efetivação dos seus direitos sociais e civis estes trabalhadores desenvolveram uma pedagogia do movimento, pois, como nos evidencia Gohn (2009, p.18), produziram saberes pautados em suas vivências e experiências cotidianas.

3.1. Nas trajetórias de vida, as marcas da resistência e a produção de saberes

Os trabalhadores rurais de Alagamar que se envolveram no movimento, ao sistematizar a resistência e ao agenciar cotidianamente pela posse da terra e manutenção dos seus costumes, tradições, identidades e memórias construíram experiências que os possibilitaram realizar uma leitura da palavra e do mundo no qual estavam inseridos, como evidencia Freire (1967, p.27).

Essas experiências formuladas através dos “confrontos entre classes em função também das diferenças entre as várias culturas, políticas, religião, valores, convenções” (MORAES e MÜLLER, 2003, p.339), possibilitaram que estes trabalhadores construíssem saberes e conhecimentos diversos.

Gohn (2009, p.17), nos mostra que pensar os Movimentos Sociais como espaço de produção de conhecimento é compreender que os processos educativos não se restringem à escola ou a outros ambientes formais. Mas que estes são empreendidos, também, partindo das vivências e da construção de uma consciência a partir da qual o indivíduo passa a problematizar o outro e a si e a construir uma nova concepção do viver. Nesta perspectiva

Por processo educativo, entende-se, para efeito desse texto, os aprendizados que conduzem a tomadas de iniciativas que promovem as mudanças e os fortalecimentos das relações sociais e de grupos a partir do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes. Os processos educativos estão associados a, além das ações clássicas de ensino, a experiências de pesquisa, experimentação, vivência, sensibilização, problematização, intervenções sociais e outros (BONETTI, 2007, p.56)

O movimento ao qual nos reportamos neste estudo é detentor de um processo educativo e os saberes produzidos podem ser notabilizados tendo como norte as narrativas dos sujeitos que participaram da ação. Nesta perspectiva tendo como norte as trajetórias de vidas destes indivíduos dentro da “Luta do Povo de Alagamar”, elucidaremos os saberes e o potencial educativo do movimento.

Antes de discutirmos sobre o potencial educativo deste movimento, traçaremos uma breve trajetória da participação dos sujeitos da nossa pesquisa no movimento, nas e pelas vozes destes. Partimos do pressuposto de que os aspectos educacionais dos movimentos sociais podem, assim como postula Scherer-Warren

(2007, p.195), serem melhor compreendidos quando os reinterpretemos à luz das histórias de vida dos indivíduos que participaram do movimento.

Na busca pela posse da terra em Alagamar, a luta configurou-se como uma ação que envolvia homens, mulheres e até mesmo crianças que partindo da formulação de uma memória coletiva, buscavam a permanência na terra através dos seus agenciamentos cotidianos.

No caso específico das mulheres, além de participar do movimento, muitas tinham que cuidar dos seus lares e de seus filhos na maioria recém nascidos. Tais aspectos podem ser notabilizados no depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2010) quando enfatiza que

As mulheres era tudo quente. As mulheres era tudo quente para isso ai, não tinha, era toda ela de um jeito só. As que dizia assim, tinha umas que não tinha coragem de ir não viu, mas tinha outras que dizia eu vou e a depois disso segurava. Tá bom ai, era assim. [...]. Eu gostava muito de cantar, ai eu cantava as mulher me acompanhava, e era assim. [...]. Eu não quero nem dizer como foi, só Deus que me deu força. Eu todo ano tinha um filho. Todo ano eu tinha um filho. Era com um barrigão e isso eu limpava roça, isso eu tomava conta de menino, Zé Neto ia embora para a Bahia para encontro, até na Bahia ele foi, ficou mais de oito dia na Bahia no encontro, Zé Neto foi para Brasília para o Palácio da Redenção em Brasília teve que ir para lá por causa da luta daqui, e isso eu ficava limpando mato, cuidando de menino, fazendo tudo, ôxe, mas eu tô bem satisfeita graças a Deus. Eu colhi o que queria, graças a Deus, valeu a pena (SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

A narrativa de Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos revela as situações que muitas das mulheres de Alagamar, envolvidas no movimento, tinham que enfrentar diariamente. No caso de nossa depoente, enquanto o seu esposo viajava juntamente com a comissão que representava os trabalhadores da comunidade, ela cuidava dos seus afazeres domésticos, dos seus filhos e dos roçados já que seria a partir destes que retiraria a sua subsistência e a dos seus familiares.

A prática de cantar era utilizada pelos trabalhadores como uma forma de resistir e de apresentar quais eram os seus propósitos que estavam envolvidos no movimento. Neste sentido, Severina Maria Justino da Silva (2011) nos evidencia que

Cântico, o hino, o hino de luta, a gente tinha um hino que eu adorava cantar ele: "Nossa alegria é saber que um dia/ Todo esse povo se libertará/ Pois Jesus Cristo é o Senhor do Mundo/ Nossa esperança realizará". É porque não sei decorado sabe? Mas eu cantava muito. Eu era para cantar. Para

cantar eu era a primeira, porque eu gostava muito de cantar (SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

Como mencionamos no capítulo anterior, diante do impedimento de ter uma reunião com o Presidente Ernesto Geisel os trabalhadores de Alagamar entoaram o hino da comunidade. Os cânticos, os hinos, as músicas mostravam a situação de opressão e violência a qual esses moradores eram submetidos.

O hino evidenciado na narrativa de Severina Maria de Araújo Justino (2011), baseado em uma concepção cristã, encorajava os trabalhadores engajados no movimento a continuarem reivindicando os seus direitos, pois um dia tal esperança seria concretizada, ou seja, os trabalhadores rurais poderiam permanecer na propriedade e continuar suas vidas.

Mesmo reconhecendo o sofrimento que teve de enfrentar durante o período do movimento, nossa depoente nos evidencia que “valeu à pena”, ou seja, que todas as agruras enfrentadas por esta não foram em vão, já que os moradores da comunidade conquistaram o direito de permanecer na propriedade, bem como de manter as suas tradições e os seus costumes.

Partindo da constituição de uma memória coletiva, da busca pela posse da terra como sendo de responsabilidade de um nós, nossa depoente mesmo diante das dificuldades ainda estava envolvida no movimento, e contribuía dentro de suas possibilidades para que a ação pudesse ter êxito. Neste sentido, percebemos que

Os movimentos sociais como ações coletivas que aglutinam sujeitos sociais em torno da luta por objetivos comuns, que formam identidades coletivas unificando as múltiplas identidades individuais, forma um “nós”, ou seja, constroem identidades coletivas que adquirem sentido pelo compartilhamento de interesses comuns (BATISTA, 2007, p.170).

A tripla jornada vivenciada pelas mulheres no contexto da “Luta do Povo de Alagamar” que incluía cuidar das atividades domésticas e dos familiares, trabalhar na agricultura e participar do movimento pode ser evidenciada também na trajetória de Maria do Carmo da Silva (2011) quando esta nos diz que

Eu casei com 17, 17 anos. Tive o primeiro filho com 18 anos, nesse tempo eu não era prevenida. Então, foi, eu criei dez filhos nessa, na, na chegada de dez para onze filhos, eu tive treze, foi que ouve a Luta de Alagamar,

então eu já perdi filho dentro da Luta de Alagamar. Então, eu vivi esse tempo todinho trabalhando na roça com milho, feijão, tudo, tudo da roça né, e vivi sozinha aos dezessete anos porque o meu marido trabalhava na Usina Aliança ai eu vivi sozinha, mês em mês ele vinha em casa, fui criando, criando, criando até quando chegou à época de, que o vei morreu, o major morreu, ai veio desmantelo na vida da gente[...]. Então nesse tempo eu fui ameaçada do pistoleiro que depois eu vou dizer, me tranquei com a família dentro de casa, me armei, nesse tempo eu atirava com uma espingarda trinta e dois, era de cartucho e disseram: agente só pega ela se, na virada mesmo se agente for quebrar um miaré que ela tem atrás de casa, que é o puleiro das galinhas. Ai eles disse ta certo. Ai começaram a atirar muito antes, umas dez braças, e os meus meninos eram tão bobos que pegavam bala no chão, casquinha de bala, a em sem dizer a eles que eu tava ameaçada para morrer né, pois eu fui furei um buraco na parede todinho e aproveitava o miaré e dizia: se ele vim morre. Eu sentia o cheiro de sangue na boca. Eu sentia; do sangue que eu ia matar eles porque se eles viessem me matar eu ia morrer calada? Não. [As mulheres] Participavam, participavam para derrubar as coisas com o povo né, umas cinquenta mulher e ia derrubar mais os homem. Agora eu, eu era mais frenteira (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

A narrativa de Maria do Carmo da Silva (2011) pode ser analisada a partir de dois prismas. De início, remete ao fato que diante da impedição de criar animais bovinos e em certos casos, até mesmo de plantar, muitos homens de Alagamar saiam desse espaço para ir trabalhar em Usinas de Cana de Açúcar no Estado de Pernambuco. Na ausência dos esposos estas mulheres tinham que sozinhas gerenciar todas as atividades cotidianas.

Em um segundo momento, assim como o depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2011), remete a participação das mulheres no movimento de Alagamar evidenciando como estas estiveram presentes no movimento. No caso de Maria do Carmo da Silva (2011) compreendemos que além da permanência na terra, a sua preocupação principal era proteger os seus familiares, chegando ao ponto de possuir armas de fogo dentro de sua casa que seriam utilizadas caso os jagunços tentassem invadir o seu sítio.

Partindo da narrativa da depoente e verificando o seu contexto, marcado pela presença de treze filhos, pela ausência de seu esposo, por suas atividades domésticas e sua participação no movimento, podemos perceber a complexidade das situações que os moradores de Alagamar tiveram que enfrentar em seu cotidiano para poder sobreviver e continuar na propriedade.

Não se constitui como nosso objetivo neste trabalho empreendermos uma análise a cerca da discussão sobre gênero e movimentos sociais, mas podemos verificar que no Movimento de Alagamar as mulheres dentro de suas possibilidades

estiveram, tanto quanto os homens, envolvidas na ação. Foi a união entre os homens, as mulheres e até mesmo as crianças, munidos dos seus direitos e conscientes da situação de opressão na qual estavam inseridos que possibilitou que o referido movimento obtivesse êxito.

Tendo como norte uma análise do contexto na qual estavam inseridas, estas mulheres e muitas outras espalhadas por outras tantas comunidades rurais pelo Brasil, tomaram consciência da necessidade de empreender um movimento que notabilizasse o rompimento com este passado de opressão e a abertura de um futuro onde estes sujeitos pudessem ter a liberdade de plantar, de colher e de viver. Diante destes aspectos podemos pensar que

A consciência também não se forma espontaneamente, se não estiver calcada em alguma prática efetiva. A formação tem que ser processada por meio de uma combinação de informações e experiências (passadas e presentes). A consciência – como conhecimento da realidade no sentido da natureza de seus problemas, dos agentes envolvidos ou necessários para seu equacionamento ou resolução, surge dessas combinações (GOHN, 2007, p.45).

Vejamos agora, as trajetórias dentro do movimento dos nossos trabalhadores rurais depoentes. A respeito da sua participação no movimento Manuel Justino da Silva (2010) nos mencionou que

Eu sou agressivo, de boa fé e sou arengueiro. [...]. Muitos fugiam do conflito, eu não sei, não fugi, não me escondi. Eu ainda não tinha esse menino [o depoente fez menção ao seu filho mais novo que estava presente no momento da entrevista], ainda não estava nesse mundo de nosso Deus não. Meus filhos ficavam tudo assombrado. Pensava que não chegava um Gurgel com aquela sinaleira, aquela sirene, aí o menino dizia, eu estava na roça e o menino dizia assim: painho, a polícia vem ali. Pronto. Neste tempo não existia nem a garrafa de café, existia o tal do bule, ou uma chaleira de barro, aí quem ficava em casa já sentia a pressão. [...]. E eu no meio. Agora eu vou me direcionar a eu. Porque no meio de uma luta coletiva, é uma luta coletiva. Agora eu me destaquei como se fosse é, como se diz, alguma coisa, e graças à presença dos companheiros que foram a graças a Deus (MANOEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

Manoel Justino de Araújo (2010) ao apresentar um pouco de sua participação no Movimento de Alagamar, nos revela como no contexto desta ação imperava na comunidade um clima de tensão e medo. O depoente chama atenção para o seu “destaque” neste movimento onde mesmo reconhecendo que esta luta foi coletiva, não nega que sua participação foi importante, já que mesmo diante de tantas

ameaças, ele, ao contrário de outros moradores, não deixou de reivindicar os seus direitos e a posse da terra.

Embora o movimento dos trabalhadores de Alagamar possuísse como norte a não-violência, partindo das orientações fornecidas pela Ala Progressista da Igreja Católica, como vimos anteriormente, os novos proprietários através dos jagunços e dos policiais empreenderam atos de violência em relação aos moradores, chegando até mesmo a lançar bombas de gás lacrimogêneo sobre os trabalhadores rurais.

A trajetória de Expedito Francisco Gonçalves (2011) no movimento perpassa por estas questões, fato que pode ser percebido quando menciona que

Agente já tinha plantado umas roças né, e começaram a soltar o gado dentro da roça da gente e nós já vinha para tirar o gado. Ai foi quando a polícia invadiu foi na minha cozinha e tomou as facas da mulher partir carne e levou tudo dizendo que quem vinha era o governador né. Ai reuniu lá em casa quase mil pessoas ai quando pensa que não chegou foi o camburão de Guarabira com setenta policial (sic), os ônibus e invadiu minha casa. Derrubou o povo dentro da minha casa. Machucaram né e jogaram bomba de gás lacrimogêneo que pegou no meu filho recém nascido e espalhou para todo mundo. [...]. No outro dia eu levei doze pessoas feridas para João Pessoa. Ainda bem que não morreu ninguém (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2011).

Ao narrar um dos episódios que mais teve repercussão no Movimento de Alagamar, Expedito Francisco Gonçalves (2011) nos mostra como a sua presença nessa ação foi marcada pela violência. Neste momento, o referido trabalhador rural quase que presenciava o assassinato do seu filho, por parte da polícia. A respeito deste instante vemos que

A ação de maior repercussão, tomada pela polícia no sentido de coibir as reuniões aconteceu no dia 28 de Dezembro de 1979. [...], tudo começou com a falsa informação difundida por dois homens que chegaram ao local se dizendo jornalistas e avisaram que o governador viria conversar com os agricultores. A notícia se espalhou e mais de trezentas pessoas se espalharam na frente da casa de Expedito a espera de Burity. A esta altura o posto policial havia sido transferido para Maria de Melo [...]. Como acreditavam que o governador realmente viria ao seu encontro, os rurícolas não foram embora e voltaram a conversar. Para punir a desobediência, os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo e espancaram alguns trabalhadores. Diversas pessoas foram feridas e outras passaram mal devido ao gás (SILVA, 2010, p.20).

Silva (2010) nos fornece um panorama do acontecimento que havíamos mencionado anteriormente, bem como nos permite perceber como as armas utilizadas pelos trabalhadores e pelos policiais eram diferentes. Os momentos vivenciados por Expedito Francisco Gonçalves (2011) dentro do Movimento de Alagamar foram tensos e marcados pela violência.

Além da violência, as trajetórias de vida dos nossos depoentes foram marcadas pela perseguição e proibição de realizar a agricultura de subsistência. Tal aspecto pode ser notabilizado nas vivências de José Justino Neto (2011) quando este menciona que

Eu era proibido de plantar. Criar eu não podia. Então comecei a lutar. Eu sabia que tinha o direito de plantar e de colher e comecei a luta em cima disso. Várias vezes eu plantei com o pessoal as lavouras coletivas, agente plantava em grupo, vinte homem, trinta homem, trezentas pessoas, e eles chegavam, os capangas e a polícia e destruíam a minha roça e a roça coletiva (JOSÉ JUSTINO NETO, 2011).

O depoimento de José Justino Neto (2011) evidencia como a sua trajetória dentro do movimento foi marcada pela busca da sobrevivência e do direito de poder colher e plantar no espaço que por lei seria seu, já que este, assim como os demais trabalhadores rurais, pagava o foro.

As trajetórias de vida dos trabalhadores rurais que participaram do movimento nos possibilitaram perceber o potencial educativo deste movimento, e como os movimentos sociais para além de detentores de uma dimensão política e social, são também um espaço de construção de saberes e conhecimentos.

3.2. A “Luta do Povo de Alagamar” e seu potencial educativo: a produção de saberes dos trabalhadores rurais

As trajetórias de vida dos trabalhadores rurais de Alagamar, a exemplo das dos nossos depoentes, possibilitaram que estes construíssem saberes que silenciados por décadas pela História e por uma concepção urbano-cêntrica do conhecimento, podem ser utilizados como um dos mecanismos para produzir uma educação popular conscientizadora, problematizadora e pautada nos direitos humanos. Nesta perspectiva compreendemos que

Diante de uma realidade histórica e social global, em que se tenta diluir culturas e saberes, onde o sentido do humano está se diluindo em detrimento da presença da violência e da violação dos direitos humanos de cada pessoa, pensar na educação popular, [...], tendo em vista os pressupostos teorizados por Freire (2005), é pensar na possibilidade de uma pedagogia dialógica (ARAÚJO, 2011, p.112).

Partindo de Araújo (2011) compreendemos que tendo por base o contexto de negação dos seus direitos sociais e civis e a situação de opressão a qual estavam submetidos, os trabalhadores rurais de Alagamar, através do empreendimento de um processo de conscientização, desenvolveram uma prática educativa. Esta prática pode ser notabilizada tendo como norte os mecanismos de resistência adotados por tais indivíduos.

A partir das narrativas dos trabalhadores e suas trajetórias no movimento, no que se refere aos espaços de produção de saberes e conhecimentos, percebemos que as reuniões eram um destes lugares. Nessas ocasiões partindo de suas experiências passadas que remetiam à situação de marginalização a qual estavam inseridos e a ausência de liberdade e a um presente de ameaça de perda de sua morada, de seu espaço de subsistência e de sua referência identitária e memória, tais sujeitos buscavam estabelecer ações que fossem capazes de construir uma realidade que distasse da atual.

Essas reuniões remetiam ao instante de sistematização da pedagogia do movimento, ou seja, da escolha da ação que seria a mais adequada para o contexto. As ações poderiam oscilar entre a derrubada de uma cerca, a expulsão do gado, uma ida a João Pessoa ou a Brasília, como mencionamos no capítulo anterior, dependendo da situação e do resultado ao qual se esperava chegar com este ato.

Neste sentido, eram estabelecidos os “[...], princípios norteadores, assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca. O importante é estar junto, a construção é coletiva” (GOHN, 2009, p.20).

Essas reuniões mais do que um espaço de encontro de indivíduos que estavam submetidos a um mesmo contexto, remetiam a um instante de troca de experiências e de vivências. Nelas se constituíam os princípios balizadores dos rumos que o movimento deveria tomar. Tais aspectos podem ser notabilizados a

partir da narrativa de Severina Maria de Araújo Justino (2011), quando menciona que

Fazia muito canto assim de luta, ai então, isso a gente vinha para aqui, quando chegava aqui, formava as reuniões ai o povão, sabe? Ai já juntava tudo. Para ir para lá não ia todo mundo, ia só um grupo, ai quando chegava aqui reunia o povão assim em qualquer sede, em qualquer lugar, na casa da gente mesmo, ai a gente reunia e a gente ia aplicar o que a gente conversou lá, né, aplicava para os outros, todo mundo ficava por dentro da História, ai vamos reunião. Marcava reunião para a casa do vizinho, ia aquela reunião e já marcava outra, vinha Padre, vinha Bispo, vinha Freira, vinha tudo, né, para orientar a gente, como é que fazia a coisa né. Depois os proprietários botou o Posto Policial ali em Alagamar, foi ali da casa de Cula para frente tem uma braúna grande, o Posto Policial era ali, debaixo daquela braúna, ai então, os policial invadia por todo canto fazendo medo ao povo né, botado pelo proprietário. Ai, os homens se reunia, e as mulheres também, criança também. Ai quando a gente ia enfrentar assim, um grupo de policiais, assim como os empregados deles né, ou os jagunços dele, ai então a gente botava as mulheres e as crianças na frente, os homens ficavam atrás. Ai quando eles vinham, apontado de fuzil, de arma, de tudo o que era de coisa, ai eles falavam assim: as mulheres e as crianças para trás, os homens para a frente. A gente dizia, não. Os senhores querem enfrentar, os senhores enfrentem, agora as mulheres e as crianças primeiro lugar na frente, os homens ficam atrás. Isso era mulher gestante, isso era de todo jeito. Ai a gente, e assim nós fomos conseguindo e eles foram, sendo que a gente queria permanecer na terra, e tinha garra mesmo, não tinha medo, tinha garra, porque aqui é que era o lugar da gente, e é (SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

O depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2011) ao discorrer sobre as reuniões, pode ser analisado a partir de quatro perspectivas. Em um primeiro instante, nos remete a própria pedagogia do movimento e a forma como estas reuniões eram delineadas.

O Movimento de Alagamar foi, como mencionamos anteriormente, uma luta coletiva empreendida pelos moradores da localidade, ou seja, não existiram líderes. Porém, existia uma comissão de trabalhadores rurais que se deslocava para diversas cidades onde se reuniam com representantes de instituições como a FETAG e da Ala Progressista da Igreja Católica. Estes moradores que representavam os trabalhadores rurais de Alagamar formaram um grupo denominado *Base dos Trabalhadores*.

Silva (2010, p.12) nos evidencia que esta denominação reflete a presença de um segmento católico no movimento e das Comunidades Eclesiais de Base onde as tomadas de decisões eram realizadas a partir de três pilares, a saber: o ver que se constituía como o momento de expor os problemas da comunidade; o julgar que

remetia a uma reflexão sobre a situação dos indivíduos oprimidos; e, por último, o agir que tangia a forma da reação.

De acordo com a narrativa exposta por Severina Maria de Araújo Justino (2011), depois que a base se reunia entre si e com os agentes externos, seus integrantes convocavam reuniões com a comunidade para *aplicar* aquilo que haviam aprendido e decidido nos encontros. O uso do verbo *aplicar* nos remete que nestas reuniões ocorria a construção de um saber pautado nas experiências e que deveria ser socializado com os demais trabalhadores rurais, para assim, possibilitar a continuidade da busca pela posse da terra.

Partindo desta perspectiva, compreendermos que a “Luta do Povo de Alagamar” foi sistematizada a partir da união de um conhecimento teórico expresso nas reuniões, e de uma prática visualizada nas diversas ações empreendidas pelos sujeitos participantes do movimento. Para Freire (1987, p.17), o empreendimento de uma interface entre a teoria e a prática, ou seja, a realização de uma práxis, possibilita que os sujeitos oprimidos possam se libertar na medida em que todo o movimento será sistematizado almejando o rompimento com a situação de opressão, tendo como norte o contexto destes.

Em um segundo aspecto, o depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos possibilita compreender que os saberes produzidos pelos trabalhadores de Alagamar foram formulados partindo das orientações e intervenções dos agentes externos. A narrativa desta depoente evidencia como a presença dos religiosos progressistas nas reuniões era mister para que fossem definidos os caminhos que seriam percorridos na busca pela desapropriação.

Neste sentido, como propõe Gohn (2009, p.17) a conscientização dos trabalhadores e o próprio movimento são constituídos através das experiências desses sujeitos e do contato estabelecido junto às instituições que fornecem os subsídios jurídicos e organizacionais.

Na imagem abaixo podemos visualizar um dos representantes do segmento progressista da Igreja Católica, Dom José Maria Pires, reunido com os moradores, na casa de um dos trabalhadores rurais de Alagamar, nos evidenciando assim, como o contato dos homens, mulheres e crianças desta comunidade com os agentes externos possibilitaram a construção de saberes e conhecimentos, além daqueles que estes já possuíam anteriormente ao movimento.

Imagem III



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco

Em um terceiro momento, o depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2011) chama atenção ao modo como no decorrer do movimento os trabalhadores rurais a partir da experiência e dos saberes que construíram, percebiam quais eram as melhores formas de resistir e enfrentar os policiais, os jagunços e todos os que tentassem impedir a permanência na terra.

Um dos procedimentos utilizados no movimento foi colocar as mulheres e crianças na frente dos moradores do sexo masculino, pois isto diminua a possibilidade de ocorrer violência, já que pelo menos teoricamente, os policiais não violentariam mulheres, às vezes grávidas ou com crianças de colo. Tal fato se constituiu como um saber adquirido pelos trabalhadores rurais no decorrer do movimento.

A participação diária na ação possibilitou que esses indivíduos continuassem o processo de conscientização, percebessem quais os melhores mecanismos de resistência e se assumissem como sujeitos históricos. Neste sentido, ao participar deste movimento

Aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias (sic), quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e os folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus (GOHN, 2009, p.19).

Concordando com Gohn (2009), compreendemos que os trabalhadores rurais de Alagamar, a partir do seu contexto e das experiências que foram adquiridas partindo de uma reflexão sobre o passado e o presente, compreenderam quais as ações que seriam mais adequadas a cada instante do movimento. Ou seja, o Movimento de Alagamar possuía uma pedagogia da ação, a partir da qual os indivíduos envolvidos puderam construir um saber educativo.

Tendo por base a orientação da FETAG e o contato com as leis referentes às questões agrárias, tais como o Estatuto da Terra, os trabalhadores rurais de Alagamar puderam compreender que o caminho para a posse da terra era a busca pacífica do reconhecimento dos seus direitos, através das leis.

A partir do contato com a Ala Progressista da Igreja Católica o pressuposto do empreendimento de um movimento não-violento foi ainda mais acentuado. Esse aspecto pode ser compreendido a partir da narrativa de Manoel Justino de Araújo (2011) quando menciona que

Dom José Maria Pires foi nomeado em sessenta e pouco, eu não me lembro a data. Ai ficou na Diocese de João Pessoa e tentou querer enxergar o motivo que essa luta estava se dando, e nós fomos convidados pela Arquidiocese da Paraíba com o apoio de José Maria Pires e disse: se for de forma com justiça eu dou tudo o que for necessário de apoio e se não for eu não dou. Ai ele fez visita aqui andou de casa em casa, e começou a apoiar, é, o movimento, esse movimento. Nós ficamos dispostos ao Centro de Treinamento em Miramar, ao Colégio da Luz em Guarabira, o Colégio Paulo em Guarabira e o Colégio dos Maristas em Alagoa Seca, isso junto com o jurista especial, dando a César o que é de César e a de Deus o que é de Deus, isso aconteceu. [...]. Dom Helder Câmara quanto tomou conhecimento chegou aqui. Ele foi um heróico católico revolucionário e Expedito já tinha sido, é quero dizer o quê?, Expedito já tinha sido bombardeado com bombas de gás lacrimogêneo e Dom Helder veio a esse mesmo cara que fez isso e disse: vocês aqui estão usando as armas dos covardes (MANOEL JUSTINO DE ARAÚJO, 2010).

A narrativa de Manuel Justino de Araújo (2010) pode ser analisada a partir de três vieses que notabilizam a produção de saberes dentro do movimento ao qual nos reportamos no presente estudo. Em uma primeira perspectiva, remete a percepção por parte dos trabalhadores, mediados pelo segmento religioso, de que o estabelecimento de um movimento não-violento possibilitaria a posse da terra. Esse aspecto pode ser notabilizado quando, assim como consta no depoimento apresentado, Dom José condicionou o seu apoio à inexistência de qualquer ato violento por parte dos trabalhadores rurais.

Em uma segunda perspectiva, ratifica que a construção dos saberes por parte dos trabalhadores envolvidos no movimento e das ações de resistência por estes empreendidas, foram mediadas, dentre outras instituições, pela Ala Progressista da Igreja Católica. Tal fato é evidenciado quando o depoente afirma que os trabalhadores estavam à disposição desse segmento.

Nessa perspectiva, compreendemos que os saberes produzidos na “Luta de Alagamar” foram balizados nas experiências passadas e presentes dos sujeitos envolvidos na ação, na análise da legislação então existente sobre a questão da terra, e em uma leitura cristã do mundo e do contexto ao qual estavam inseridos.

Diante destes fatos pensamos, como evidencia Kauchakje (2007), que os movimentos sociais enquanto espaço de produção de saberes, possibilitam que os indivíduos envolvidos na ação, tendo por base suas experiências, vivências e contato com os agentes externos, possam construir um aprendizado que os desperte para a participação cidadã, bem como possibilita a constituição de sujeitos que sejam capazes de realizar uma leitura da realidade social na qual estão inseridos.

O último aspecto que pode ser inferido partindo do depoimento de Manuel Justino de Araújo (2010), remete a como os mecanismos utilizados pelos trabalhadores e os dos proprietários através dos jagunços e policiais eram dispares. Enquanto os primeiros estavam munidos das leis e da sua união, os outros estavam balizados na violência e na repressão com armas de fogo e de efeito moral.

A partir da opção por um movimento não violento, os trabalhadores puderam construir um saber que de acordo com Scherer-Warren (2007) se constituiu como um exercício de cidadania, de convívio com a diversidade e de reconhecimento do outro enquanto fundamental, na medida em que constitutivo de um nós, do coletivo que viabiliza o empreendimento das ações de resistência.

A imagem apresentada abaixo ao evidenciar o encontro entre os moradores e os policiais, nos apresenta como os trabalhadores de Alagamar não utilizavam armas e como nas ações de resistência empreendidas estavam presentes homens, mulheres e crianças.

Imagem IV



Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

A diferença no procedimento adotado por cada um dos lados pode ser evidenciada a partir da narrativa de Maria do Carmo da Silva (2011) quando menciona que

Ele foi tão sabido que foi se encostando em mim, foi conversando comigo e a jagunçada foi chegando, muita gente que era a luta da gente. Ele disse: ô dona Maria do Carmo, o que foi que eu disse para a senhora? Eu disse: e eu vou empatar os homem, é muito homem viu, não posso fazer nada, mas mentira que eu tinha apontado que o rife tava ali né, ai ele foi se encostando foi para cima de mim, quando ele foi pegar eu já tava com ele, ai ele ficou assim com a cara para cima e os meninos pegado com os rife e com as armas que era enxada, era foice né, vinha trabalhar né, o agricultor e pega tudo ai pronto, ao deu tempo ele correr mais, nem botar o rife em cima de ninguém, pois já tava perto de mim e só fiz assim (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

O depoimento de Maria do Carmo da Silva (2011) ao nos apresentar uma situação em que os jagunços queriam invadir o seu sítio, evidencia como a opressão a qual os trabalhadores rurais de Alagamar estavam submetidos era empreendida tendo como elemento balizador a violência. No decorrer do movimento os trabalhadores construíram um saber que possibilitava pensar que o uso da violência não contribuiria para a posse da terra, pois para estes a posse deveria ser efetivada a partir do diálogo e do uso das leis, partindo da sistematização de uma resistência coletiva. Nesta perspectiva

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. [...]. Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais (FREIRE, 1987, p.27).

Esta posse deveria ser empreendida mediante um movimento que mostrasse à sociedade a situação de negligência na qual os trabalhadores rurais estavam inseridos. Partindo de suas experiências e agenciamentos, estes indivíduos puderam compreender que a organização dos trabalhadores em um movimento pacífico seria mais viável e passível de sucesso do que uma ação violenta.

A produção de saberes contida nos movimentos sociais remete principalmente à assunção do indivíduo enquanto sujeito de sua História, bem como possibilita que este possa no desenrolar da ação compreender de que forma estão sistematizadas as relações sociais e políticas. Nesta perspectiva, os trabalhadores rurais de Alagamar adquiriram

[...], o status de noção e sujeito de um processo de democratização capaz de decidir, coletivamente [...]. Ganham importância crescente, nessa perspectiva, as questões mais essenciais da existência humana: o pensar, o fazer e o sentir do sujeito. Abrem-se outros horizontes ao tempo em que se tentam superar as barreiras das diferenças, racionalidades, especialidades, religiões e meios sociais numa convivência plural (SOUZA, 2007, p.132).

Partindo do Movimento de Alagamar os moradores envolvidos na ação puderam compreender a importância da sua luta e da sociedade civil reivindicar os seus direitos, bem como conscientizar-se dos seus deveres e da função que ocupavam na sociedade. Neste sentido, partindo dos aspectos mencionados até o presente momento acerca do potencial educativo dos movimentos sociais, e em específico, do que nos reportamos neste estudo, verificamos que

No agir coletivo, ocorre um processo de aprendizagem coletiva. Nessa experiência de luta, aprende-se a ser sujeito; esse aprender e ensinar coletivo se configura como educação popular, uma educação não-formal a partir das práticas sociais que compõem os processos de organização social que promovem a formação humana com ênfase na formação política, na cidadania, na solidariedade (BATISTA, 2007, p.176).

Ao empreenderem uma leitura do mundo, como propõe Freire (1987, p.25), os trabalhadores de Alagamar, partindo de suas experiências formuladas, como evidencia Thompson (1998, p.18) em um momento de crise, foram capazes de dizer outra palavra, uma palavra que ao produzir coletivamente um saber, possibilitou que

estes sujeitos históricos rompessem com a situação de marginalização social na qual se encontravam e dessem um novo significado à luta pela terra e por seus direitos sociais a partir das suas experiências.

A importância do empreendimento de uma ação coletiva, a partir da qual foram produzidos saberes pode ser visualizada no depoimento de Expedito Francisco Gonçalves (2011) quando menciona que

[...], nós começamos a procurar os direitos da gente com muito apoio do Sindicato, da Diocese, próprio do Governo encontramos esse caminho dessa luta e com isso começou essa luta e estamos aqui até hoje. Enfrentamos tudo o que foi de, tudo quanto foi pesado, mas com fé em Deus escapamos e não tiremos sangue, não matemos, não se machuquemos, aí começou a luta pela terra e considerar a vitória que tivemos né, junto com todo o pessoal junto né, dizem que a união é quem faz a força né?, nós se uniu e conseguiu estar aqui hoje contando essa história e vamos prosseguir se Deus quiser (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2011).

O depoimento de Expedito Francisco Gonçalves (2011) evidencia como no Movimento de Alagamar o reconhecimento dos direitos que os trabalhadores possuíam, a partir do contato com os diversos agentes externos que orientavam a ação, permitiu que estes construíssem um saber pautado em uma memória coletiva, assim como menciona Halbwachs (2006, p.51), que possibilitou a permanência destes sujeitos na propriedade. Tais aspectos podem ser observados também no depoimento de José Justino Neto (2011), quando menciona que

Agente defendia o que era da gente sem usar a violência. Um das coisas que nós fez obter êxito foi não usar a violência, mas, mas sim nossa organização, com o apoio dos advogados, das instituições, da Igreja e nós não corria da parada. Nós unidos, sem violência, através do planejamento conseguimos a vitória. O fundamental de tudo isso foi o respeito um ao outro. Agente usava somente as ferramentas de trabalho, respeitava as autoridades públicas, mas sem deixar de reivindicar (JOSÉ JUSTINO NETO, 2011).

O depoimento de José Justino Neto (2011) nos permite compreender que a produção de saberes no interior do movimento de Alagamar possibilitou que tais sujeitos pudessem empreender um movimento, tendo por base o agenciamento dos subsídios que possuíam, desprezando assim o uso da violência. Reconhecendo que deviam respeito às autoridades e que existe uma legislação que baliza a vida em

sociedade, tais indivíduos buscavam nas leis os instrumentos que garantiriam a posse da terra.

Estes saberes que foram evidenciados acima, produzidos a partir das vivências e das experiências construídas pelos trabalhadores de Alagamar que estiveram envolvidos no movimento, se constituem como um mecanismo a partir do qual é possível empreender uma educação popular e uma escrita da História que não se restrinja apenas a uma concepção urbano-cêntrica. Neste sentido, que é preciso que

[...], os processos de educação popular contribuam efetivamente para a construção de um poder ético a partir das lutas e da solidariedade que podem garantir a integração social e reduzir o ímpeto avassalador do processo de inclusão perversa da maioria da população na ordem nacional e mundial, permitindo assim, o avanço das condições de democracia (SOUZA, 2007, p.130).

Enquanto detentores de um saber, de um conhecimento, estes homens e mulheres que agenciaram cotidianamente para permanecer na terra e manter suas culturas, memórias e identidades são educadores populares. Suas trajetórias de vidas são lições, são histórias escritas à luz de um momento de conflito, que podem nos despertar para a necessidade de buscar nossos direitos e conscientizar-nos do lugar que ocupamos na sociedade. Assim,

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber: 1) Da aprendizagem gerada coma experiência de contato com fontes de exercício do poder; 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações que a burocracia estatal impõe; 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento; 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual era sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas (GOHN, 200, p.51).

Os conhecimentos adquiridos e construídos pelos trabalhadores de Alagamar no decorrer do processo de luta possibilitaram que estes pudessem contemplar a

situação na qual estavam inseridos sobre outra perspectiva empreendendo assim, outra leitura da palavra e do mundo, como menciona Freire (1967, p.35).

Esses moradores de Alagamar podem através de suas memórias, que como propõe Halbwachs (2006, p.52), são produzidas tendo como referência a participação em um determinado grupo social, estabelecer uma ação dialógica com outros indivíduos no sentido de possibilitar que estes saberes sejam resignificados propiciando uma educação contextualizadora, conscientizadora e problematizadora. Tendo como pedra de toque a memória, os trabalhadores de Alagamar podem ressignificar aspectos do movimento que não foram contemplados pelos arquivos e acervos oficiais.

A constituição dos trabalhadores rurais de Alagamar enquanto detentores de um conhecimento e educadores populares pode ser visualizada a partir da narrativa de Severina Maria de Araújo Justino (2011) quando menciona que

Agente pode passar muita coisa, várias coisas. O que eles exigirem, o que agente se lembrar e às vezes tem até coisa que agente já esqueceu porque já faz tempo já também né. Ai então agente pode passar qualquer uma mensagem que aconteceu na luta para eles né, mode eles aplicar em qualquer canto. Na época do conflito existia assim escola, mas era escolinha particular. As pessoas que sabiam ler já tinham aprendido fora. [...]. Eu mesmo, as besteiras que aprendi, eu aprendi com Dona Valdeti ali. Comecei a estudar particular [...]. Naquele mesmo tempo a gente não tinha acesso a estudar. Eu ainda agradeço a Deus o que eu estudei (SEVERINA MARIA DE ARAÚJO JUSTINO, 2011).

O depoimento de Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos revela que o acesso a educação escolar no contexto da “Luta do Povo de Alagamar” era restrito. As pessoas que sabiam ler algumas palavras aprenderam em outras localidades ou a partir do pagamento a professoras particulares. Este aspecto nos possibilita depreender que grande parte da população envolvida no movimento era analfabeta. Mesmo com a ausência da leitura da palavra escrita, tais sujeitos puderam empreender outra leitura, a do mundo, do seu contexto, que estava alicerçada nas suas experiências e vivências, e balizadas nas orientações dos agentes externos.

Ao utilizar o verbo *aplicar*, Severina Maria de Araújo Justino (2011) nos evidencia que os saberes que construiu, partindo de suas vivências no movimento, são educativos e podem ser utilizados no contexto da escola, na construção de uma

educação popular e na escrita de uma História que inclua os indivíduos que por tanto tempo tiveram seus direitos sociais e humanos negligenciados.

Tais aspectos podem ser visualizados também no depoimento de Maria do Carmo da Silva (2010) quando nos propõe que

É assim, se eles se ajuntasse novamente né, na Cooperativa mesmo que é o lugar da gente né, a Associação e foi colocada por nós a Associação e a Cooagral, se ajuntasse todos eles, que nós somos associados e formasse um grupo como se fosse uma escola para eles né. Cada um de nós tem a nossa História, cada um de nós já conhece a luta, na luta da gente. Se quizessem ouvir né, mas eles não querem. Eles não querem ouvir. Precisava de uma História pública para o povo, mas ninguém se reúne mais (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011).

O depoimento de Maria do Carmo da Silva (2011) ao ratificar o potencial educativo do Movimento de Alagamar, pode ser analisado a partir de três perspectivas. Em um primeiro momento, remete a necessidade de seguindo o exemplo dos trabalhadores que se envolveram no movimento, os jovens da comunidade formularem uma espécie de grupo onde se discutiria a História da localidade e outros aspectos.

Em um segundo momento, o depoimento remete ao fato de que os trabalhadores rurais de Alagamar possuem histórias de vida que podem ser sociabilizadas e se constituir como um espaço de aprendizagem e construção de outros saberes. No trecho “Cada um de nós tem a nossa História, cada um de nós já conhece a luta, na luta da gente” (MARIA DO CARMO DA SILVA, 2011), a depoente nos evidencia que partindo do seu contexto, bem como do nível de participação na ação, cada morador de Alagamar possui uma leitura deste movimento, possui uma História que deve ser notabilizada e discutida pelos jovens da comunidade.

Em um terceiro momento, o depoimento nos permite compreender que o Movimento de Alagamar, que obteve no contexto em que ocorreu, repercussão a nível nacional, está sendo silenciado e esquecido, já que muitos jovens não se interessam pela História da sua comunidade. Neste sentido, o empreendimento de nosso trabalho possibilita que possamos dar visibilidade e voz a estes sujeitos que estão tendo suas histórias de vida, suas memórias solapadas pelo tempo e silenciadas pelos contemporâneos.

Partindo dos depoimentos e da ressignificação das histórias de vida dos trabalhadores rurais aos quais nos reportamos neste trabalho, compreendemos que o Movimento de Alagamar foi/é educativo na perspectiva que, sobretudo nos fornece uma lição de cidadania e de que quando a sociedade civil se organiza nos movimentos sociais, esta pode romper com os mecanismos da opressão e marginalização social.

Os trabalhadores rurais, mesmo que desprovidos do letramento ou de um conhecimento que julgamos formal e científico, não são sujeitos alienados ou “jeca-tatus”. Ao contrário, são indivíduos que possuem um saber singular balizado nas suas experiências e vivências cotidianas em comum.

Considerações Finais

Se direcionarmos o nosso olhar para uma comunidade rural, contemplaremos um ritmo de vida, formas de sociabilidade, de relações econômicas e políticas ímpares. Estes aspectos, muitas vezes diferem dos tipos de relações que estamos acostumados a vivenciar no meio urbano. Neste sentido, muitas vezes tendemos a fazer uma análise comparativa que relega o campo, bem como os moradores deste espaço ao atraso, a barbárie e a selvageria.

Porém, se olharmos de forma menos apressada para este espaço e realizarmos um exercício de desapego aos nossos preconceitos, compreenderemos que no campo existe uma produção de saberes, de conhecimentos, que estão balizados nas vivências, experiências e especificidades dos homens e mulheres no/do campo. Neste aspecto, a discussão sobre educação popular e movimentos sociais possibilita que possamos visualizar a produção cultural destes sujeitos e seus saberes como educativos e que podem ser contemplados no contexto escolar e na consecução de uma escrita da História que não esteja restrita a uma concepção urbano-cêntrica do saber como evidencia Souza (2009, p.67).

Esses movimentos sociais, detentores de um significado histórico, político, econômico e cultural foram analisados durante décadas, em uma perspectiva Marxista, assim como propõe Welch (2006, p.65), apenas na perspectiva de evidenciá-los e apresentá-los como uma consequência dos confrontos existentes entre as classes sociais e da relação dual opressor/oprimido.

Compreendendo que estas análises são válidas, mas buscando pensar estes movimentos a partir de outro prisma, partimos da “Luta do Povo de Alagamar” para notabilizar, neste trabalho, que estas ações são educativas e que os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais, partindo de uma análise do seu contexto, do passado, do presente e do futuro que desejavam construir, elaboraram experiências que são matrizes geradoras de saberes e conhecimentos.

Estas experiências, construídas em momentos de crise e confrontos, como postula Thompson (1987, p.13), possibilitam que os indivíduos construam uma nova leitura do seu universo, bem como possam reagir e resistir aos mecanismos que os oprimem e que visam transformar os seus hábitos e costumes.

A medida em que resistiam e sistematizavam uma pedagogia do movimento, os trabalhadores rurais de Alagamar construam suas experiências. Ao realizar esta

nova leitura, os sujeitos antes marginalizados iniciam, como postula Freire (1967, p.28) um processo de questionamento de si e do outro, na tentativa de compreender como as relações sociais e de dominação estão alicerçadas.

Assim como centenas de outros trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil, os homens e mulheres de Alagamar puderam a partir do empreendimento de um processo de conscientização balizado no reconhecimento da situação de opressão na qual estavam e na presença de agentes externos, tais como a Ala Progressista da Igreja Católica, construir um saber o qual elucidamos nas páginas anteriores, partindo das trajetórias de vida dos nossos depoentes no interior do movimento.

Pensar a respeito do campo, principalmente no que se refere a um movimento social ocorrido neste espaço, se constitui como um empreendimento problemático, haja vista que as relações construídas neste ambiente são tênues e complexas.

As relações existentes entre os trabalhadores de Alagamar e o antigo proprietário, o Arnaldo Maroja, por exemplo, não estavam alicerçada apenas no sistema dual opressor/oprimido. Este contato envolvia também laços paternalistas, protecionistas e assistencialistas que possibilitavam a construção por parte do próprio trabalhador, em muitos casos, da imagem do proprietário enquanto o benemérito.

Tentar compreender o potencial educativo da “Luta do Povo de Alagamar” exigiu um esforço de compreensão da complexidade da forma como estavam alicerçadas as relações sociais neste contexto, para que posteriormente pudéssemos empreender nossa leitura deste acontecimento.

Compreendemos também, que os movimentos sociais ao reivindicarem a posse da terra não buscam apenas o direito de plantar e colher, mas a manutenção de uma cultura, de uma identidade e de uma memória. Partindo da análise dos depoimentos colhidos nesta pesquisa, verificamos que Alagamar era para diversos trabalhadores o espaço onde construíram a sua vida social.

Assim, como pressupõe Batista (2007, p.169), a terra possui um significado que perpassa a esfera do econômico e remete a construção de identidades, assim como menciona Hall (2002, p.13) e de memórias como postulado por Halbwachs (2006, p.31).

Analisar o movimento de Alagamar a partir do foco educativo nos proporcionou ressignificar histórias de vida de homens e mulheres que estavam sendo silenciados pelo tempo e por uma escrita da História que marginaliza e

segrega este tipo de discussão. Debruçar nosso olhar sobre estes sujeitos históricos que com suas mãos aram a terra e com suas experiências educam em suas atividades diárias, nos possibilita compreender o significado do termo cidadania e o quando a vinculação entre organização e união pode se constituir como um mecanismo que vise romper com o silenciamento e a marginalização social.

O Movimento de Alagamar misto de religiosidade, organização, união e busca dos direitos sociais e civis, se constituiu como um exercício de cidadania e demonstração de que as mãos dos milhares de Severinas, Marias, Expeditos, Josés e Manuéis que aram a terra na busca pelo seu sustento cotidiano, são as mesmas que produzem saberes diferenciados, singulares e humanizadores como nos evidencia Freire (1987, p.39).

Nesta perspectiva, a vida é uma poética onde mesmo em uma luta ou movimento coletivo é possível empreender uma leitura da vida. No trabalho, na labuta, nas esperanças, nas afinidades construídas no interior destas ações, através do tempo é que o movimento se torna coeso e ergue a sua bandeira de luta.

As mãos que aram a terra são também mãos que ensinam e que trazem para a História um saber provido de um fazer, contido em suas experiências e que não podem ser esmaecidas, porque homens e mulheres são seres únicos que não podem ficar à margem da História, mas que devem ser o centro desta.

O ser humano, o tempo e o espaço são a tônica do trabalho do historiador. Deste modo, os trabalhadores rurais que se envolveram no Movimento de Alagamar ocorrido entre os anos 1975 e 1980, foram à pedra de toque que norteou o nosso estudo, no sentido de evidenciar como os movimentos sociais, partindo das trajetórias destes indivíduos são educativos e podem contribuir para a consecução de uma educação popular e de uma escrita da História problematizadora, contextualizadora e conscientizadora.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. *A Educação Popular na Escola Pública: tecendo olhares sobre o diálogo, a inclusão e a diversidade cultural*. In. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Paulo Freire: teorias e práticas em educação popular – escola pública, inclusão e humanização*. Fortaleza: UFC, 2011.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo: (re) construindo territórios e a identidade camponesa*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

BONETTI, Lindomar Wessler. *Educação e Movimentos Sociais Hoje*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004.

CATÃO, Francisco A. *O Que é Teologia da Libertação*. 1.ed. São Paulo: FENIX, 1985.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFA, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, Tempo Presente e História Oral*. In. Revista Topoi. Rio de Janeiro. Dez.2002. p.314-332.

FORTES, Alexandre. SILVA, Amanda Moreira da. *Revisitando um Clássico da História Social: a estrutura narrativa de a Formação da Classe Operária Inglesa*. In. Revista Universitária Rural. Série Ciências Humanas. Seropédica. Rio de Janeiro: EDUR, v.9, n.2, jul/dez,2007, p.1-24.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Questões da Nossa Época, v.5).

_____. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilização Cívica no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sídou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Guacira Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KAUCHAKJE, Samira. *Movimentos Sociais por uma Sociabilidade Alternativa: enfrentamentos e apostas*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. MÜLLER, Ricardo Gaspar. *História e Experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação*. In. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.21n2, p.329-349, jul/dez 2003.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. MUNHOZ, Sidnei J. *Edward Palmer Thompson*. In. LOPES, Marcos Antônio. MUNHOZ, Sidnei J. (org.). *Historiadores de Nosso Tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servólo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares Santos. ABREU, Vera Lúcia de. Et.al. *Saberes em Educação Popular: a experiência do grupo de leitura em Paulo Freire*. In. *Revista Educação Popular*, Uberlândia, v.9, p.114-124, jan/dez.2010.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. Et.al. *Estado e Sociedade Civil na Paraíba na Época da Transição para a Democracia (1974-1985)*. Disponível em: www.anpuhpb.org. Acesso: 30 de Junho de 2010, as 14:00 hs.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Pesquisa e Ação Educativa com os Movimentos Sociais no Campo no Brasil*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

SILVA, Emmanuel Barbosa da. *Querem Enterrá-la Viva, mas a história continua no assentamento Santa Cruz em Campina Grande – Paraíba (1987-2007)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Campina Grande: UEPB, 2008.

SILVA, Lidiane Maria da. *Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca à boca às manchetes de jornais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Campina Grande: UEPB, 2010.

SOUZA, Eurivan Fernandes. *A Luta pela Terra e a Reforma Agrária: das ligas camponesas ao MST, um estudo comparativo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Campina Grande: UEPB, 2002.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o Golpe de 64*. Londrina: UEL/UFPB, 1996.

SOUZA, João Francisco de. *Educação Popular enquanto uma Pedagogia, Movimentos Sociais Populares Lócus Educativo*. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

SOUZA, Mendonça Oliveira de. *A Educação Popular no Campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico*. In. *Revista Educação Popular, Uberlândia*, v.8, p.64-75, jan/dez, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos Sociais no Campo até o Golpe Militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. In. *Revistas Lutas e Resistências, Londrina*, v.1, p.60-75, set.2006.

Jornais Pesquisados

JORNAL A UNIÃO. *Dom José: os humildes hão de vitoriar*. 3/1/1980.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações*. 6/1/1980.

JORNAL O NORTE. *Polícia ataca colonos em Alagamar*. 31/12/1979.

JORNAL O NORTE. *Bispos rezam em Alagamar por uma solução para o conflito entre agricultores e proprietários*. 6/1/1980.

INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. *A Luta do Povo de Alagamar*. n.83. Jan/Fev 1980.

APÊNDICE

LISTA DOS ENTREVISTADOS

Maria do Carmo da Silva. 68 anos. Data Entrevista: 28/7/2011

Severina Maria de Araújo Justino. 62 anos. Data Entrevista: 27/1/2011

Expedito Francisco Gonçalves. 68 anos. Data Entrevista: 5/2/2011

José Justino Neto. 62 anos. Data Entrevista: 18/2/2011

Manoel Justino de Araújo. 64 anos. 13/9/2010

QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA

1. Para o (a) senhor (a) o que foi o Movimento de Alagamar?
2. Como era a vida aqui em Alagamar antes do movimento?
3. Para o (a) senhor (a) o que é ser trabalhador rural aqui em Alagamar?
4. Como vocês faziam para comemorar as vitórias?
5. Qual o principal fator que levou ao início do movimento?
6. Como o (a) senhor (a) viu a participação da Igreja Católica, do Sindicato, do Governo Estadual e do Federal?
7. Como os (as) senhores (as) faziam para se organizar dentro do movimento?
8. Como o (a) senhor (a) percebe a participação das mulheres dentro do movimento?
9. O que a Comunidade de Alagamar significa para o (a) senhor (a)?
10. O que o Movimento de Alagamar tem a ensinar aos jovens de hoje?
11. Na época do movimento, já existia escola aqui em Alagamar?
12. Para a vitória dos trabalhadores de Alagamar, quais foram os fatores fundamentais?
13. Quando estiver escrevendo a respeito de Alagamar, que assunto ou acontecimento não posso deixar de falar?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa que resultará no trabalho de conclusão de curso de *Gildivan Francisco das Neves*. Declaro ser esclarecido (a) e estar de acordo com os seguintes pontos;

- A pesquisa terá como objetivo entender a História do Movimento de Alagamar a partir dos trabalhadores/as rurais nele envolvidos, mostrando que a História do Movimento, a luta dos trabalhadores, suas experiências sociais, políticas e culturais consistem em saberes educativos que podem propiciar uma educação contextualizadora e ser apropriada no contexto da escola.

- Ao (o) voluntário (a) só caberá a autorização para participar da pesquisa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao (a) mesmo (a).

- O (a) voluntário (a) poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o (a) mesmo (a).

- Será garantido sigilo dos resultados obtidos nesta pesquisa, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial;

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários desta pesquisa científica e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros a (ao) voluntário, e portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da pesquisa e/ou instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o (a) participante poderá contatar o pesquisador no número (83) 9138-6545, residente à Rua Olegário de Azevedo, n.268 A, São José, Campina Grande – PB.

- Ao final da pesquisa se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará na minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar em pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que autoriza a utilização dos depoimentos orais.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Campina Grande – PB, ____/____/2011

